



ACTA N.º 04/2008

ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LEIRIA, DE 26 DE SETEMBRO DE 2008

Aos vinte e seis dias do mês de Setembro do ano de dois mil e oito, no Auditório do Centro Associativo Municipal, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Leiria. Dos cinquenta e nove membros que a compõem, faltaram os seguintes: Rui Ferreira Presidente da Junta de Freguesia da Boa Vista, que foi substituído pelo senhor José Augusto Guedes, José Rodrigues Presidente da Junta de Freguesia de Memória, António Febra Presidente da Junta de Freguesia de Maceira que foi substituído pelo senhor José Grosso, Laura Esperança Presidente da Junta de Freguesia de Leiria que foi substituída pela senhora Maria Fernanda Sobreira, José Manuel Silva que foi substituído pelo senhor António Pereira Fernandes, Ana Elisa Santos que foi substituída pelo senhor Manuel da Conceição Batista, Carlos Gomes Luso que foi substituído pelo senhor Nuno Santo, Carlos André que foi substituído pelo senhor Hermano José Oliveira, João Luís Fonseca que foi substituído pelo senhor Artur Duarte Cordeiro, Olegário Angélico que foi substituído pelo senhor Firmino Fonseca, José Augusto Esteves que foi substituído pelo senhor Carlos Guerra Coelho e Paulo Jorge Reis que foi substituído pela senhora Céline Pinheiro.

Por parte da Câmara Municipal, estiveram presentes: a senhora Presidente, Isabel Damasceno Campos e os senhores Vereadores: Raul Castro, Vítor Lourenço, Isabel Gonçalves, Fernando Carvalho, Lucinda Caleira, Neusa Magalhães, Carlos Martins e António Ferreira.

A sessão foi presidida pelo senhor Manuel de Jesus Antunes, Presidente da Assembleia Municipal e secretariada pelas senhoras deputadas: Ana Cristina Branco e Maria de Fátima Sismeiro, 1ª e 2ª secretárias da Mesa, respectivamente.

Havendo “quórum”, foi pelo senhor Presidente declarada aberta a sessão eram 20.45 horas, com a seguinte **ORDEM DO DIA:**



1. APRECIACÃO DO RELATÓRIO DA PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ACTIVIDADE DO MUNICÍPIO E RELATÓRIO FINANCEIRO, **nos termos da alínea e), do n.º 1, do artigo 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro;**
2. FIXAÇÃO DAS TAXAS DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS PARA O ANO DE 2009 – **Apreciação, discussão e votação;**
3. FIXAÇÃO DA TAXA DA DERRAMA PARA O ANO DE 2009 – **Apreciação, discussão e votação;**
4. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES DA LEIRISPORT, EM. ACTUALIZAÇÃO DA DELIBERAÇÃO N.º 128/2006, DE 4 DE FEVEREIRO – **Apreciação, discussão e votação;**
5. DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS EM JUNTAS DE FREGUESIA – **Apreciação, discussão e votação;**
6. PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NA JUNTA DE FREGUESIA DE AMOR COM O OBJECTO “EB1 DA COUCINHEIRA – ADAPTAÇÃO PARA CRIANÇA COM MOBILIDADE REDUZIDA”. ALTERAÇÃO DO VALOR PROTOCOLADO – **Apreciação, discussão e votação;**
7. FREGUESIA DE SANTA EUFÉMIA. REQUALIFICAÇÃO DE CAMINHO RURAL – **Apreciação, discussão e votação;**
8. AFECTAÇÃO AO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL DA VIA DE CIRCULAÇÃO DENOMINADA “RUA DO AREEIRO” QUE LIGA A RUA DAS CABEÇAS REDONDAS À RUA DAS BARROCAS, LUGAR DE SOBREIRO, FREGUESIA DA BAROSA – **Apreciação, discussão e votação;**
9. PROCESSO DE LOTEAMENTO N.º 23/03 – RESIGON, COMPANHIA AGRÍCOLA E GESTÃO, SA – AJUSTAMENTO DE PORMENOR DOS LIMITES ENTRE ESPAÇOS PERTENCENTES A CLASSES DE USO DE SOLO DISTINTAS – APROVAÇÃO NOS TERMOS DA ALÍNEA D) DO N.º 2 DO ART.º 96º DO REGULAMENTO DO PDM – **Apreciação, discussão e votação;**
10. PROTOCOLO PARA APOIO FINANCEIRO À OBRA DE EXECUÇÃO DO RELVADO SINTÉTICO DO CAMPO DE FUTEBOL DE 11 DA ALDEIA DO DESPORTO EM MARRAZES – **Apreciação, discussão e votação;**
11. PROTOCOLO PARA APOIO FINANCEIRO À OBRA DE REQUALIFICAÇÃO DO COMPLEXO DESPORTIVO DA FREGUESIA DE POUSOS – EXECUÇÃO DO RELVADO SINTÉTICO DO CAMPO DE FUTEBOL 11 E PISTA DE ATLETISMO – **Apreciação, discussão e votação;**
12. CONCESSÃO DA ISENÇÃO DE PAGAMENTO DA TAXA DE RENOVACÃO DO ALVARÁ DE PUBLICIDADE – **Apreciação, discussão e votação;**



13. CONCESSÃO DA ISENÇÃO TOTAL DO PAGAMENTO DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS À LEIRISPORT, EM, REFERENTE AO ESTÁDIO MUNICIPAL DE LEIRIA – DR. MAGALHÃES PESSOA – *Apreciação, discussão e votação*;



PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito boa noite a todos.

Eu quero em primeiro lugar cumprimentar os senhores deputados e Presidentes das Juntas de Freguesia, cumprimentar o executivo camarário na pessoa da sua Presidente Dr.^a Isabel Damasceno e os senhores vereadores. Cumprimentar a secretária da Assembleia Municipal, cumprimentar os senhores jornalistas, cumprimentar os elementos do público, lembrar que estamos a iniciar o último ano desta nossa legislatura (parece que foi ontem mas já lá vão três anos), desejar que este último ano seja muito proveitoso para todos nós e sobretudo para o Município de Leiria.

Como já se aperceberam o senhor deputado Paulo Reis, 1º secretário da Mesa, não está presente. Enviou um pedido de justificação de falta e por essa razão, como tem sido hábito, a senhora deputada Fátima Sismeiro assumirá as funções de 2º secretário da Mesa e a senhora deputada Cristina Branco assumirá as funções de 1º secretário.

Vamos então iniciar os nossos trabalhos.

Quero dar nota de mais justificações e substituições: o senhor deputado Carlos André que está a ser substituído pelo senhor Hermano Oliveira, a senhora deputada Ana Elisa Santos que está a ser substituída pelo senhor Manuel Batista, o senhor Presidente da Junta de Freguesia da Boa Vista está representado pelo senhor José Augusto Guedes, o senhor deputado Olegário Angélico está representado pelo senhor Firmino Fonseca, o senhor deputado José Augusto Esteves que é substituído pelo senhor Carlos Guerra Coelho, o senhor deputado José Manuel Silva é substituído pelo senhor António Fernandes, a Presidente da Junta de Freguesia de Leiria, Laura Esperança, é substituída pela secretária da Junta, Fernanda Sobreira, o senhor deputado Carlos Gomes Luso é substituído pelo senhor Nuno Santo, o senhor deputado João Fonseca que é substituído pelo senhor Artur Cordeiro, e finalmente, como disse, o senhor deputado Paulo Reis, 1º secretário, que é substituído pela senhora Céline Pinheiro.



Estas são as informações sobre as ausências que se consideram justificadas, de acordo com o Regimento.

Como é habitual, antes de dar início ao período de “antes da ordem do dia” vamos iniciar o período de intervenção do público, já que há três cidadãos inscritos para se dirigirem aos senhores deputados e à Assembleia Municipal. E vou chamá-los pela ordem do pedido de inscrição, dando a palavra ao senhor Francisco Borges de Almeida, que vem falar sobre o Centro Histórico. Devo informar os senhores deputados, que já tivemos uma reunião da Comissão do Centro Histórico marcada mas depois um número significativo dos seus elementos não podiam.

Eu espero não abandonar esta sala hoje sem marcar uma nova reunião para o próximo mês. Tenho aqui já três datas possíveis. Faça favor senhor Borges de Almeida.

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

FRANCISCO BORGES DE ALMEIDA (MUNÍCIPE)

Excelentíssimo senhor Presidente da Assembleia Municipal, senhores Membros da Assembleia Municipal, Vereação Municipal, minhas Senhoras e meus Senhores.

Decorridos que são aproximadamente nove meses, sobre a minha intervenção, venho mais uma vez, perante V.Exas, falar de violência, e porque não responsabilizar esta Assembleia, pelo não andamento das coisas que na nossa opinião, eram passíveis de estarem resolvidas. Neste Centro Histórico, nunca se resolverá nada com indiferença, com passividade, nem com deixa andar. Um cidadão dirige-se a qualquer entidade, e simplesmente, não lhe respondem, no mínimo é degradante, não existimos.

Como sabem do passado, fui ameaçado de morte por um dito empresário da noite, facto do qual tenho uma testemunha. No entanto o senhor juiz que apreciou o processo recorrido, mais não fez, do que mandar arquivar o processo, por não ter qualquer significado tal ameaça.

Como não desejo acabar assim os meus dias, gostaria de poder saber qual a opinião de V.Exas. sobre o facto.

Gostaria de passar para a insegurança que se vive no Centro Histórico, no entanto permitir-me-ia pedir a V.Exas que dispensassem uns breves minutos e dessem uma vista de olhos na minha última intervenção, nesta Assembleia, sobre este tema.



Assim sendo, pouco mais terei a dizer, visto ser rara a semana que não arrombam estabelecimentos, no último dia 10 de Setembro, pela uma hora da madrugada, valeu eu e mais duas senhoras nesta rua, estarmos acordados, mandando chamar a polícia, o caso ficou pelo facto, quantas montras não são partidas e ficam por isso, danificação das placas de trânsito, que solução dar a tudo isti? Claro que não sou eu que possuo a resolução do caso, mas uma coisa sei, não é com desertificação da Zona Histórica, não é maltratando os moradores, não é retirando o descanso nem o sossego aos habitantes desta mesma zona, (que possivelmente muitas cidades gostariam de possuir), não se entende bem as afirmações que por vezes se produzem dizendo que não há efectivos policiais, no entanto as multas cada vez são mais, e os elementos que fazem esse serviço que eu saiba são os mesmos que não existem para as nocturnas ruas, segundo sei são pagos pelo erário público, o qual não permite que se pague em duplicado, havendo um dos serviços que é pago e não é executado. Se estiver enganado, nesse caso terei de pedir as respectivas desculpas, perante a informação de que não é assim, será que toda a gente estará enganada? Neste momento poderei afirmar que os impostos foram agravados de uma maneira nunca vista, conseguiremos entender algumas falhas na gestão desses dinheiros?

Um dos grandes problemas deste Município, de que V.Exas são os primeiros responsáveis, visto a vossa responsabilidade ser a maior. Gostaria somente no que respeita a este nosso caso, fazer uma simples pergunta. Merecemos ou não resposta a todas as nossas preocupações?

Quanto à Saúde Pública, preocupação primeira, deste longo processo, visto as chamadas de atenção à Câmara Municipal de Leiria e Delegado de Saúde, sobre a tão preocupante CHAMINÉ, já remontarem a Junho de 2007, sem resposta

Não obstante este facto, outro há que me parece bastante mais grave e para o qual eu chamo a atenção de V.Exa senhor Presidente, não pelo facto de ser o primeiro responsável por esta manobra toda, mas sim pelo facto de V.Exa ser um brilhante cirurgião, facto que eu saliento, visto estarmos a menosprezar, o caso de termos chamado a atenção para a chaminé existente no nosso prédio, vinda do restaurante/bar e a qual já tem mais de trinta e sete anos, sendo um dos materiais que a compõe amianto, a qual chaminé passa dentro de casa dos meus vizinhos moradores do 1º andar, e assim sendo, ainda mais preocupante se torna, o meu vizinho já vai fazer este mês a sétima sessão de quimioterapia, facto este, mais do



que suficiente para que eu me permita chamar à atenção da situação profissional de V.Exa, pois das duas uma:

- Ou o facto da existência de amianto na composição da respectiva chaminé, não tem qualquer influência, o que para tal facto necessitamos de um documentos escrito e assinado por esta Assembleia, afirmando o inócuo do facto, ou mandando de uma vez por todas substituir essa mesma chaminé acabando com este deixa andar.

Somente nos assiste dizer:

Não existe violência?

Não existe insegurança?

Não existe perigo para a Saúde Pública?

Por favor respondam! Temos direitos como seres humanos, pedirmos que nos respondam a todas as nossas preocupações, ou afirmaremos que a responsabilidade é de V.Exas, por tudo o que futuramente vier a acontecer.

Reservamo-nos o direito de recorrer a quem acharmos por bem.

Os meus respetos. Disponível para conversar, com a intenção de resolver e não deixar alongar mais o que poderá ser um grave problema futuro, podendo tornar mais penoso este processo.

Tenho dito!

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado.

A Assembleia naturalmente que comunga das preocupações dos seus munícipes, mas chamo à atenção dos munícipes para duas competências que nem sempre são aquelas de resolver estes problemas, algumas das quais pertencem à esfera do executivo, e a senhora Presidente da Câmara já vai certamente responder a algumas das questões.

Eu queria dizer duas coisas.

Imediatamente antes desta sessão, nesta mesma sala, houve uma reunião do Conselho Municipal de Segurança e o Centro Histórico ocupou uma boa parte desse tempo no que diz respeito à Segurança e no que diz respeito ao estacionamento automóvel. Alguns dos factos a que o senhor se referiu, naturalmente infringem a lei e nalguns desses casos a Câmara pode e tem a obrigação de intervir e no fim da intervenção do público eu darei a palavra à senhora Presidente da Câmara.

Tem agora a palavra o senhor Manuel Rosário Henriques Cunha, que vai falar sobre a recolha dos resíduos sólidos urbanos.



MANUEL CUNHA (MUNÍCIPE)

Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, senhora Presidente da Câmara, todos os senhores vereadores, senhores deputados e público em geral, boa noite a todos.

Venho aqui, e para quem não me conhece, eu sou aquela pessoa que entreguei à Câmara Municipal e Junta de Freguesia de Leiria, à Junta de Freguesia dos Pousos e publiquei nos jornais de Leiria, um pedido para que fossem obrigados a fazer as casas de banho no Intermarché das Olhalvas. Não é por isso que eu aqui venho, se entretanto me quiserem fazer alguma pergunta sobre o porquê de tais factos, podem-no fazer que eu responderei.

Entretanto o que me traz aqui, tendo eu sido funcionário da STL durante dez anos desde inícios de 1995 até Dezembro de 2004, altura em que me reformei. Assisti à transferência dos serviços de recolha de lixo da Câmara para a STL e depois da STL para a Valorlis, aliás, está aqui o senhor deputado Cláudio de Jesus que poderá dar-me uma ajuda naquilo que vou dizer, já que na altura era ele o administrador da Valorlis.

Para começar com dados concretos esta minha intervenção pedi à senhora vereadora Neusa Magalhães que me fornecesse alguns dados, nomeadamente quanto é que a Câmara paga por tonelada de recolha de lixo à SUMA, e a senhora vereadora respondeu-me que me daria essa informação na Assembleia, e por isso volto a colocar-lhe a questão!

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Eu peço desculpa mas não é permitido pelo Regimento a existência de diálogo neste período. No fim da sua intervenção a senhora vereadora dará a resposta se entender que o deve fazer.

MANUEL CUNHA (MUNÍCIPE)

Queria saber também qual o preço que o Município paga à Valorlis por tonelada de tratamento do lixo que vai nos ecopontos. Porque quanto a mim, o lixo que vai nos ecopontos não deve ser pago da mesma maneira que o que vai para a SUMA, porque o lixo dos ecopontos é enfardado e vendido, e pagam à Valorlis como se o recolhesse e tratasse, ou seja, estão a fazer um negócio com o serviço que estão a prestar, o lixo não é tratado é vendido. Pode dizer-me que os ecopontos são da Valorlis, é verdade, mas os ecopontos levam muitas toneladas de lixo, além disso, até há pouco tempo ainda tinham pessoal a escolher o lixo que ia nos ecopontos e actualmente



não é assim, conforme ele vem dos ecopontos é enfardado e é vendido para Espanha pela metade do preço.

Esta situação nunca foi muito clarificada e o que se constou foi que, a Valorlis quando assumiu a responsabilidade de tratamento do lixo, era para escolherem o máximo possível de lixo e enfardar o reciclável. No princípio ainda começaram por o fazer antes de o lixo chegar à máquina, o lixo era enfardado em molhos individuais de produtos recicláveis, e depois desistiram. E porquê? Porque a máquina trabalhava um mês e estava três semanas parada, trabalhava dois meses estava um mês parada, porque parece que tinha que vir um técnico de Espanha, o que me admira, como é que uma empresa destas não tem uma pessoa com formação técnica para resolver o problema, evitando que a máquina estivesse parada tanto tempo, e, acontece que com esta paragem tão longa da máquina ficam três funcionários parados, funcionários esses que intervêm nas várias fases de processamento e tratamento deste lixo. Como se isso não bastasse, a Câmara autorizava e ainda hoje autoriza que os camiões andem de noite, das vinte e uma às vinte e duas horas, a fazer a recolha do lixo. A empresa recusava-nos o pagamento de horas extraordinárias das quatro às cinco da manhã, porque o acordo que tinha com a Câmara Municipal era para que a recolha começasse às cinco da manhã, e eles começam de noite. Portanto, esta máquina estando parada há três ou quatro anos, e acontece que se enfardarem o lixo não dá o gás que daria se fosse a granel, que é com isso que eles estão a jogar. Quanto a essa autorização de os carros só andarem de noite, quanto a mim só deveria valer para os camiões que saem no sábado à noite, que aliviam a cidade no sábado à noite, porque de resto, todos os outros deviam trabalhar de manhã e não à noite.

Pergunto ainda, qual é que é o rendimento que a Câmara tem do gás que eles estão a vender à EDP sob a forma de energia? Eles fizeram a instalação do equipamento para a recolha do gás mas as chaminés devem ser feitas desde o fundo até à parte exterior e eles só fizeram a parte da canalização exterior. Agora compraram um terreno...

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Senhor Cunha peço desculpa por o interromper, mas tinha-lhe dado cinco minutos e o senhor já excedeu esse tempo. Eu não vou cortar-lhe a palavra mas não pode



prolongar-se por muito mais tempo. Agradeço que conclua a sua intervenção. Nós temos uma agenda extensa para cumprir.

MANUEL CUNHA (MUNÍCIPE)

O outro assunto para terminar, é o seguinte:

A Câmara Municipal não devia pagar a lavagem dos contentores, porque isso é um serviço que está incluído, mas acontece que a Câmara está a pagar à mesma e vou dizer porquê, porque os dois carros que andam a lavar os contentores começam a trabalhar com três mil litros de água, mas a água fica toda dentro do carro, o que sai dos carros é apenas aquela água com que eles aprovisionam os depósitos para lavar por fora os contentores, nenhum carro consegue lavar mais do que oitenta a noventa contentores por dia, e a Câmara paga-lhes à mesma, e depois vão ao aterro e descarregam a água que vai directamente para a ETAR, e a SUMA e a Valorlis recebem aquele peso de água em dinheiro. O mesmo acontece com os carros que andam a varrer as ruas, quando chove muito de Inverno não há lixo nas ruas, o que os carros andam a fazer é a chupar a água. Já agora fazer uma chamada de atenção para o problema da recolha que possa existir nos limites do concelho, porque a mesma firma faz os concelhos de Leiria, Fátima e Ourém, e depois há freguesias que ficam a dois/três quilómetros e que ligam outros concelhos, em que a empresa também vai recolher o lixo dos contentores, e às tantas a Câmara de Leiria está a pagar a recolha de lixo de outros concelhos. Por exemplo, isso aconteceu quando a STL fazia a Marinha Grande e Leiria, o carro pequenos que fazia os becos e as ruas estreitas em Leiria ia depois fazer uma carrada na Vieira e em São Pedro de Moel, e depois de vir descarregar ia outra vez directo à Marinha Grande e vinha descarregar a Leiria como se fosse todo o lixo de Leiria.

Agora queria expor mais um outro assunto....

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Não senhor Cunha, já ultrapassou largamente o tempo e não posso permitir que continue. O tempo é bem claro no Regimento e eu tinha especificado que daria apenas cinco minutos para cada munícipe inscrito.

Eu acho que o público tem todo o direito de intervir aliás, esta Mesa tomou a iniciativa de transferir esse período para o início da sessão, evitando que o público esteja à espera tanto tempo e por isso não posso permitir. Terá outra oportunidade se pedir novamente o uso da palavra noutras sessões. Muito obrigado.



Agora tem a palavra o senhor José Mota Mendes Ferreiro, que pretende falar sobre o Código do Imposto Municipal sobre Imóveis. Peço-lhe que seja breve e conciso. Faça favor!

JOSÉ FERREIRO (MUNÍCIPE)

Vou tentar senhor Presidente.

Excelentíssimo senhor Presidente da Assembleia Municipal e demais membros da Mesa, Excelentíssima senhora Presidente da Câmara, Excelentíssimos senhores Vereadores, Excelentíssimos membros da Assembleia Municipal, minhas Senhoras e meus Senhores muito boa noite!

Para aqueles que não conhecem, o meu nome é José Ferreiro, sou natural do Barracão, Freguesia de Colmeias, e vivo actualmente em Leiria.

Com a minha presença nesta Assembleia pretendo alertar-vos para a forma tremendamente injusta como o Código do Imposto Municipal sobre Imóveis está a ser aplicado no Concelho de Leiria.

Pedir aos Presidentes das Juntas de Freguesia que informem os munícipes que existe um órgão para onde podem enviar as suas reclamações, porque fui informado na Direcção de Serviços de Avaliação do Ministério das Finanças, pelo Eng.º João Francisco, responsável pelo Distrito de Leiria, onde tive uma reunião esta semana para tratar deste assunto, que a Câmara Municipal foi convidada a participar nos coeficientes de localização e não o fez. Cabe-me informá-los, que tive há um ano uma reunião na Câmara Municipal, onde me foi transmitida alguma preocupação quanto a este assunto e dado a conhecer uma proposta de revisão de zonamentos do concelho e alteração dos coeficientes de localização, pela senhora vereadora do Urbanismo, embora só para habitação. Esta proposta tenho-a aqui na minha mão. Parece-me que faltou o acompanhamento à posteriori, e porque é que eu digo isto? Por exemplo a Câmara da Batalha, teve um acompanhamento muito próximo junto aos engenheiros e arquitectos que fizeram este trabalho, e o resultado é completamente diferente, os valores aproximam-se muito mais dos valores reais.

Ainda porque ao ler o ponto treze da convocatória para esta Assembleia, clamei de forma espontânea “estes políticos só podem andar a gozar com o povo”.

Senhor Presidente, tanta gente com dificuldades para pagar as suas obrigações e ainda tem que pagar o IMI. Parece-me abusivo que uma empresa municipal, dirigida por três administradores, dois deles muito bem pagos, venha solicitar essa isenção. Se não estão a arrecadar receitas, haja coragem para os substituir, ou então fazer



aquilo que alguns prometeram durante a sua campanha eleitoral – acabar com a Leirisport.

Por fim, saudar a proposta da Câmara Municipal de Leiria de baixar as taxas de IMI para 2009. Não elimina os efeitos das injustiças, mas atenua-os.

Vou-lhes contar a minha história, que é igual a tantas outras. Pedia-lhes que me acompanhassem com as folhas que distribuí.

Quando eu digo, na primeira folha que vos distribuí, que a aplicação do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis no concelho de Leiria é, no meu entender, uma tremenda injustiça, e eu falo no concelho de Leiria porque, penso que é do conhecimento de todos, para cada concelho e dentro de cada repartição existe uma equipa de dois ou três engenheiros que definem os coeficientes de localização, e de facto tem aqui o local para onde nós podemos reclamar.

Eu esta semana tive uma reunião em Lisboa, para a Direcção do Serviço de Avaliações tudo está certo, embora no dia-a-dia e na rua toda a gente se queixa, mas para Lisboa, que é quem avalia o trabalho de quem está no terreno, a avaliação deles depende da informação que nós lhes dermos. O que eu pretendia efectivamente é que, quem tenha reclamações a fazer o fizesse para este local.

Então a minha história é esta:

Há doze anos o meu pai construiu dois pavilhões na estrada que liga o Barracão à Bidoeira junto à estrada. Esses pavilhões custaram-nos a nós, cada um deles, setenta e cinco mil euros. Na altura foram avaliados em sessenta e sete mil quatrocentos e setenta e um euros, dez anos depois o meu pai faleceu, foi aplicado o Código do IMI, esse valor passou de sessenta e sete para trezentos e vinte e dois mil setecentos e setenta, vejam bem isto, como existe uma regra nas Finanças que diz que as avaliações são feitas por 85% do valor real, quer dizer que estes pavilhões valem trezentos e setenta e nove setecentos e vinte e nove, ou seja, estes pavilhões para as Finanças valem setenta e seis mil contos. Se algum dos presentes tiver cinquenta mil contos, chegue ao pé de mim que eu vendo-os logo por esse valor. Estamos a falar de um diferencial de vinte e seis mil contos.

Incrédulo com esta situação, e porque não gosto de me expor publicamente sem ter argumentos, dirigi-me ao tribunal e perguntei quem eram os engenheiros que trabalham para o tribunal. Não conhecia os senhores, levei um dos engenheiros dos três que assinaram aqui, levei-os a ver os pavilhões, fizeram um auto pericial e a avaliação deles é duzentos e dois mil e quinhentos euros (quarenta mil contos), e



foram avaliados em sessenta e quatro mil e quatrocentos contos. Vejam só a diferença!

Passava à frente para vos dizer o seguinte:

Isto ainda se torna mais grave quando, o coeficiente de localização tem a ver com as acessibilidades, tem a ver com a proximidade de equipamentos sociais designadamente escolas, serviços públicos e comércio, tem a ver com o serviço de transportes públicos, e tem a ver com a localização em zonas de elevado valor de mercado imobiliário. Como disse há pouco, estes seiscentos e quinze é um valor que é nacional, existe aqui a afectação que tem a ver se é comércio se é serviços, existe a qualidade e conforto, etc. Portanto a equipa que define estes coeficientes de localização, ou seja nesta fórmula, localmente, só se trabalha os coeficientes de localização. Então o que eu vos quero dizer é o seguinte:

Os meus pavilhões que estão a catorze quilómetros de Leiria, numa estrada camarária afastada quatrocentos metros da estrada nacional n.º 1, tem um coeficiente de 1.0, um pavilhão que é construído nesta zona onde está o Office Center, onde está a Porche, etc., etc., tem um coeficiente de 0.90, ou seja, os meus pavilhões se fossem construídos no Alto Vieiro, eram avaliados por menos seis mil contos, ou seja por menos trinta e dois mil euros. Eu pergunto o que é que nós andamos a fazer? Isto não faz sentido nenhum. Quando há pouco eu falava na Câmara da Batalha porque é que eu referi a Câmara da Batalha? Os meus pavilhões, se fossem construídos onde está a Exposalão, eram avaliados em quarenta e cinco mil contos, menos vinte mil contos que a avaliação que foi feita na estrada que liga o Barracão à Bidoeira, afastados quatrocentos metros da estrada nacional n.º 1.

Senhora Presidente, Senhor Presidente!

Quem não se sente não é filho de boa gente. Se isto não é roubar o que é que é roubar. Isto não faz sentido nenhum. Os pintores deste quadro chamam-se Arquitecto Paulo Ramos e Eng.º Dionísio. Portanto, parece-me que estes senhores vieram de Lisboa, vieram para Leiria e vieram fazer este trabalho a Leiria, não conhecem rigorosamente nada do que se passa nesta cidade. Não têm conhecimento dos valores que se praticam no nosso concelho. Parece-me também um pouco promíscuo e digo-o aqui porque também já o disse em Lisboa, que o Arquitecto Paulo Ramos trabalha em simultâneo para a Câmara e para as Finanças. Não faz sentido que o Arquitecto Paulo Ramos sendo um quadro superior da Câmara, desenvolva



este trabalho para as Finanças sendo o principal interessado a Câmara Municipal de Leiria. Ficava-me por aqui. Obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Obrigado.

Senhora Presidente quer responder aos munícipes? Faça favor.

PRESIDENTE DA CÂMARA (ISABEL DAMASCENO CAMPOS)

Boa noite senhor Presidente, senhores membros da Mesa, senhores deputados, senhores vereadores, Comunicação Social!

Algumas explicações às questões colocadas, sendo que às destes dois últimos munícipes darei a palavra às senhoras vereadoras.

Relativamente à questão da insegurança do Centro Histórico, eu não sei se o senhor Borges de Almeida ainda aqui está? Já se foi embora? Então depois responderemos, mas o senhor Presidente da Assembleia já deu a informação.

Hoje tivemos aqui um Conselho Municipal de Segurança, em que um dos temas abordados foi exactamente a questão da segurança e nomeadamente a segurança no Centro Histórico. E fizemos sentir às forças de segurança que fazem parte do Conselho Municipal de Segurança, a necessidade do reforço da segurança e sobretudo da existência da chamada polícia de proximidade, que é algo que desapareceu e que não temos encontrado na nossa cidade. Não só eu, mas todos os membros do Conselho Municipal de Segurança, fizemos perceber que é algo que deve ser instituído, nomeadamente nas zonas mais sensíveis, sendo que uma delas é sem dúvida nenhuma o nosso Centro Histórico.

Relativamente àquela intervenção do senhor Borges de Almeida era o que eu tinha a dizer, sendo que depois referiu uma história de uma chaminé que obrigará naturalmente à Câmara saber, porque pelos vistos a chaminé existe há muitos anos. De qualquer das maneiras iremos ver as condições que a chaminé tem. A senhora vereadora Neusa está a dizer-me que tem mais informações sobre este assunto e por isso eu passava-lhe a palavra para fornecer essas informações e também sobre a questão do senhor que falou sobre os resíduos.



NEUSA MAGALHÃES (VEREADORA DO PELOURO DO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO)

Senhor Presidente, senhores membros da Mesa, senhora Presidente de Câmara, senhores Vereadores, senhores Deputados Municipais, público, Comunicação Social, muito boa noite.

Eu ouvi atentamente a exposição que o senhor Manuel fez relativamente aos resíduos. É uma exposição enfim, de quem já esteve muito por dentro do serviço e eu relativamente às questões que foram colocadas, ao nível da gestão das empresas, não vou aqui obviamente tecer nenhuma consideração.

Relativamente às questões objectivas que aqui colocou, nomeadamente o preço que a Câmara paga à SUMA por tonelada, é de cinquenta e seis euros e trinta e dois cêntimos. Este preço inclui o transporte e inclui a limpeza de todo o Concelho.

Relativamente aos valores que a Câmara paga à Valorlis é trinta euros e cinquenta cêntimos por tonelada. Este valor apenas inclui o tratamento dos indiferenciados. Quanto à questão que aqui colocou dos valorizáveis, naturalmente que a Câmara não paga nada por essa recolha nem por esse tratamento.

Senhor Manuel, se quiser mais informações estarei disponível na Câmara Municipal, para prestar todos os esclarecimentos que o senhor entender que deve recolher. Portanto, manifesto a minha disponibilidade. Muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado senhora vereadora.

Tem agora a palavra a senhora vereadora Isabel Gonçalves.

ISABEL GONÇALVES (VEREADORA DO PELOURO DAS OPERAÇÕES URBANÍSTICAS E DESPORTO)

Muito obrigada senhor Presidente.

Boa noite senhor Presidente, senhores membros da Mesa, senhora Presidente, senhores vereadores, senhores deputados municipais.

É apenas uma resposta em relação ao caso e à matéria que o senhor José Ferreiro aqui veio apresentar. E como ele próprio disse, ele trouxe-nos um caso particular.

A questão não está muito bem explanada aliás, ele sabe e disse isso mesmo, ele teve uma reunião comigo e sabia que a Câmara estava a preparar uma proposta de alteração, preocupada realmente com uma panóplia muito grande que havia neste Concelho de coeficientes de localização. E preparou uma proposta com vista à



alteração desses mesmos coeficientes, uma proposta que tem que ser feita às Finanças.

Como sabe, o CIMI é um código que é aplicado pelas Finanças. A regra é das Finanças e a Câmara não tem mais do que um único elemento que faz parte, que é o Arquitecto Paulo Ramos, de uma Comissão de Peritos que não tem só o Arquitecto Paulo Ramos e o Eng.º Dionísio, tem mais pessoas. No âmbito dessa proposta e no seguimento de ter feito uma proposta à Câmara que foi acolhida para basicamente uniformizar os coeficientes de localização no Concelho e baixar aqueles que entendemos que estavam demasiado elevados, essa proposta foi acolhida pela Câmara e depois foi submetida à apreciação dessa Comissão de Peritos nomeados pelas Finanças (peritos das Finanças 1, das Finanças 2). Portanto, eram seis pessoas à mesa incluindo eu própria. Eu fiz questão de estar nas reuniões com os peritos, para fazer valer e para tentarmos que eles acolhessem e fizessem chegar a proposta da Câmara depois a quem de direito.

Sabemos e entretanto veio uma comunicação, de que essa proposta da Câmara foi enviada para o Director-geral dos Impostos. Aliás, eu tenho a data do ofício, foi no seguimento da reunião de Câmara, foi a 22 de Janeiro de 2008 e a nossa proposta foi expedida no seguimento desta deliberação.

Entretanto remeteram à Câmara um pedido de parecer, nos termos do que é disposto no Código do IMI, nos artigos 62º e 64º, na sequência do trabalho de revisão de zonamento desenvolvido por esses peritos locais. Essa proposta que como eu disse, foi acompanhada por duas reuniões intercalares, que eu tive o cuidado de fazer com os peritos, conduziu a uma proposta de alteração dos coeficientes que nos foi submetida, e foi vista e analisada em reunião de Câmara de 22 de Janeiro de 2008.

Como eu disse, o que foi basicamente acolhido pelas Finanças, sendo que umas coisas são acolhidas outras não, foi, daquilo que é a nossa proposta, uniformizar os coeficientes mínimos no Concelho, serem todos iguais a 0.60, baixar alguns coeficientes designadamente no comércio, o máximo era 3 baixou para 2,5 e na indústria o máximo era 1,5 e baixou para 1,40. Portanto, estas são as propostas acolhidas pelas Finanças, estamos à espera que neste ano de 2008 já se possa reflectir na aplicação e nas avaliações que forem feitas.

Aliás, sabe perfeitamente também que a fórmula que determina o valor patrimonial tributário, tem efectivamente um termo que é o coeficiente de localização, mas tem



seis partes que compõem essa fórmula, depende do valor da habitação. Também pode dizer que o valor que está atribuído por metro quadrado à habitação é muito alto, ou seja, podemos agora contestar aqui os vários valores. Mas para lhe dizer que a Câmara de Leiria fez o que pôde e aliás não é só a Câmara, a própria ARICOP está constantemente a pressionar quem de direito, recebemos agora recentemente uma cópia de um ofício que a ARICOP enviou para o senhor Ministro do Estado e das Finanças, em relação a esta mesma matéria.

Portanto, estão a ser pressionadas as entidades que devem ser. Agora se é acolhido ou não é, também não depende de nós. Nós fazemos a pressão que podemos fazer nesta matéria e essa já a fizemos.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado senhora vereadora.

Vou dar a palavra à senhora Presidente para continuar a responder às restantes questões.

PRESIDENTE DA CÂMARA (ISABEL DAMASCENO CAMPOS)

Senhor Presidente apenas algum complemento em relação ao que a senhora vereadora disse e que penso que fez o esclarecimento técnico das *démarches* que a Câmara levou a efeito em relação ao código do IMI.

Mas só fazer aqui uma nota porque algumas das observações que aqui foram feitas, na intervenção do munícipe anterior, não são efectivamente correctas e portanto eu não podia deixar de dizer isso.

Quando fala aqui de um técnico da Câmara é a lei que obriga. É obrigatório que um técnico da Câmara acompanhe a Comissão. E portanto, quando fica aqui dito que há uma promiscuidade, que há um técnico da Câmara que trabalha para as Finanças, fica-se com a ideia de que há aqui uma incompatibilidade de funções e isso é grave. Não é verdade! Desculpe, mas eu estou a responder àquilo que o senhor disse e tem que ficar esclarecido. É obrigatório por lei que haja um técnico da Câmara que acompanhe as avaliações. Desculpe, agora é a minha vez de falar...

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Senhor Ferreiro peço desculpa mas não pode haver diálogo!



PRESIDENTE DA CÂMARA (ISABEL DAMASCENO CAMPOS)

Relativamente à observação que aqui fez em relação à Leirisport, para além das observações paralelas, e não vou comentá-las, não são correctas. É bom que saiba quais são os vencimentos das pessoas e que consulte, porque são públicas, e já vieram aqui a esta Assembleia inclusivamente.

É bom também que se perceba que o imposto que a Leirisport pagaria era para a Câmara, porque o IMI é todo para a Câmara como é sabido. A proposta que é feita é para evitar que a Leirisport pague um imposto à Câmara, com uma agravante: que durante não sei quanto tempo o dinheiro ande a passear no Estado e a render para o Estado. É isso que de maneira nenhuma se pode imaginar, porque como se sabe o IMI é pago nas Finanças e depois disso é remetido para a Câmara, mas com uma *décalage* temporal significativa. A proposta que aqui está feita é apenas esta, é que se evite que o dinheiro que a Leirisport há-de pagar à Câmara ande a passear pelo Estado, a render para o Estado. Era só isto senhor Presidente. Muito obrigada

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado senhora Presidente.

Vamos então passar ao período de “antes da ordem do dia”.

ANTES DA ORDEM DO DIA

E para começar este período vamos à apreciação e eventual aprovação das actas das duas sessões anteriores.

A acta da sessão de 29 de Abril de 2008, que não foi aprovada na última Assembleia, foi deferida a pedido do senhor deputado Vitorino Pereira, por haver elementos que não estavam nela constituídos. Os senhores deputados já tiveram oportunidade de apreciar essas actas, refiro-me em especial ao senhor deputado Vitorino Pereira, se houver alguma correcção ou aditamento a introduzir às actas, agradeço que o informe.

Não havendo, vou colocar a acta da sessão de 29 de Abril de 2008 à votação.

Quem vota contra

Quem se abstém?

A Assembleia Municipal de Leiria delibera por maioria, duas abstenções, aprovar a acta da sessão ordinária de 29 de Abril de 2008.

A seguir temos a acta da sessão de 27 de Junho de 2008!

Quem vota contra

Quem se abstém?



A Assembleia Municipal de Leiria delibera por maioria, quatro abstenções, aprovar a acta da sessão ordinária de 27 de Junho de 2008.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Para este período de intervenções já temos inscritos, e aproveito para dizer o seguinte:

Nós vamos ter que corrigir um pouco a nossa actuação. Todos vão ter oportunidade de usar a palavra mas vamos ter que nos restringir em termos de tempo.

Na última sessão, estivemos duas horas e meia num período em que o Regimento diz que se deve limitar a sessenta minutos. E portanto, se os assuntos são muito importantes, eles devem ser inscritos no período da ordem do dia e não para intervenções, às vezes avulsas, antes da ordem do dia.

Peço a todos e no interesse de todos, alguma contenção no uso da palavra sem naturalmente pretender deste modo silenciar seja quem for ou seja que assunto for.

A primeira pessoa a usar da palavra é a senhora deputada Fátima Sismeiro, Presidente da Junta de Freguesia das Colmeias. Faça favor.

DEPUTADA MARIA DE FÁTIMA SISMEIRO (Presidente da Junta de Freguesia de Colmeias)

Excelentíssimo senhor Presidente da Assembleia, senhora Secretária, senhora Presidente da Câmara e senhores Vereadores, senhores Deputados, minhas Senhoras e meus Senhores, Imprensa.

Eu desde o início do mandato que das várias vezes que me tenho encontrado com os meus colegas Presidentes de Junta, tenho ouvido histórias de luta denodada por vários objectivos que têm desenvolvido nas suas freguesias em prol do bem estar das suas populações que governam, como sejam escolas, jardins de infância, centros de dia, lar de idosos, polidesportivos, caminhos, arruamentos, pavimentos, enfim, um mundo de coisas que abnegadamente têm conseguido realizar. Não consigo perceber a vossa omissão na criação das comissões sociais de Freguesia e inter-freguesias, e é por isso que uma vez que represento as Freguesias no núcleo executivo do Conselho Local de Acção Social, achei que devia deixar-vos aqui hoje esta interpelação. Vi, ouvi e dou aqui o meu testemunho.

As comissões sociais de Freguesia são de simples constituição: os convites, uma acta, um regulamento adaptado, quatro reuniões anuais e tudo com o esmerado apoio das técnicas da Divisão de Acção Social da Câmara. Contribuem de uma forma



determinante para a elaboração do diagnóstico social do Concelho, que sem o contributo das comissões sociais de algumas Freguesias que ainda faltam, não fica tão próximo da realidade.

As informações ao nível da Freguesia para a prevenção e resolução de situações de carência socioeconómica são partilhadas, e a resolução de algumas carências vai sendo feita de forma concertada, mais célere e eficaz. O trabalho que tenho tido a mais não é significativo, até porque tenho a colaboração e a proximidade dos parceiros convidados, e os problemas que vão surgindo têm sido encaminhados de forma mais competente, sendo que os que estão pendentes estão em curso de boa resolução.

Não posso aceitar por ser injusta a afirmação que já ouvi, de que o actual ou o anterior núcleo executivo do Conselho Local de Acção Social não souberam determinar-vos ao cumprimento daquilo que começa por ser logo uma obrigação legal. Fomos convidados, foi-nos apresentada a moldura legal, realizaram-se várias reuniões, várias abordagens, esclarecimentos, sensibilização, não se vislumbrando à luz da razoabilidade o que mais poderiam ter feito. Também não se pretende censurar-vos ou avaliar as vossas motivações ou sensibilidade para a acção social. Tal poderá permanecer reservado ao íntimo de cada um. Mas a nobreza e a grandeza de homens e mulheres em presença de quem estamos, não deixará certamente de parte a realização de coisas simples, mas tão determinantes para o bem estar futuro de populações a incluir, que nos são próximas e de quem também nos devemos fazer próximos como é o caso das comissões sociais de Freguesia.

Disse! Muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado.

Tem a palavra a seguir, o senhor António Passadouro, Presidente da Junta de Freguesia da Bidoeira.

DEPUTADO ANTÓNIO CARLOS PASSADOURO (Presidente da Junta de Freguesia da Bidoeira)

António Carlos Passadouro, Presidente da Junta de Freguesia da Bidoeira, PSD.

Excelentíssimo senhor Presidente da Assembleia, Excelentíssimas Senhoras Secretárias Excelentíssima senhora Presidente da Câmara, Excelentíssimos senhores



Vereadores, Excelentíssimos senhores Deputados, minhas Senhoras e meus Senhores!

Durante este tempo do consulado do governo socialista, temos constatado das mais variadas formas de propagação do show off, do marketing político, que tem a nosso ver como objectivo, embebedar o cidadão comum com pretensas reformas que ou não saem do papel, ou noutros casos se postas em prática quase sempre perspectivam uma diminuição da qualidade de vida de todos nós.

Em contraponto assistimos todos os dias, a uma corrida desenfreada por parte da máquina fiscal aos bolsos dos contribuintes, tentando sacar a todo o custo qualquer cêntimo ainda existente em impostos cuja aplicação é cada vez mais dúbia, privilegiando-se a megalomania das grandes obras (que também são necessárias) em detrimento das necessidades básicas dos cidadãos.

A política das pessoas primeiro foi colocada no canto mais recôndito da gaveta do Eng.º Sócrates.

Foi neste contexto e com alguma estupefacção que soubemos da pretensa vinda do Senhor Primeiro-Ministro de que existem em Leiria freguesias onde os ditos recursos primários de saúde ou não existem ou estão a ser vítimas da política de desresponsabilização.

Deste Governo que a todo o custo os quer desintegrar, ou com a desculpa de centralizar para rentabilizar, e os afasta cada vez mais das populações mais carenciadas.

É o que se passa há um ano a esta parte na Freguesia da Bidoeira de Cima.

Temos uma extensão de saúde instalada ainda antes do 25 de Abril, sediada em edifício de propriedade municipal onde nunca a administração da saúde gastou um cêntimo, e no qual temos investido os nossos poucos recursos em manutenção e melhoramentos conforme as solicitações da administração da saúde. O qual possui um ficheiro com 2500 utentes, mas sem médico de família há um ano.

A situação torna-se mais grave se tivermos em linha de conta que estamos a vinte quilómetros do centro da cidade, que temos uma população tendencialmente a envelhecer e a necessitar cada vez mais dos cuidados de saúde, acresce ao facto a Freguesia não ser servida por uma rede digna de transportes públicos e que uma grande maioria dos utentes não possui meios próprios de deslocação.

Toda esta situação se despoletou com a saída da médica que nos estava afectada, já de si insuficiente, para prestar serviço, na recém criada U.S.F.D. Dinis.



Daí para cá temos sido servidos de quando em vez, por um clínico a cumprir horas extraordinárias (quando há verba para tal) em dias alternados por períodos de uma ou duas horas, muitas vezes no período coincidente com a hora de almoço, chegando a observar-se períodos de um mês sem termos consultas.

Por inúmeras vezes temos procurado explicações junto das entidades responsáveis, nomeadamente junto da direcção do Centro de Saúde Dr. Gorjão Henriques que tutela a nossa extensão. Já que nem a Sub-Região de Saúde nem a ARS Centro se digna a nos receber. A qual se escuda ou na falta de recursos humanos, ou na falta de meios, ou na falta de articulação com as entidades que lhe estão hierarquicamente acima.

Demonstrando a sua total incapacidade para a resolução do problema. Sendo que ultimamente até os serviços administrativos da nossa extensão de saúde, têm sido encerrados, em dias alternados, não encontrando assim os utentes e nós próprios, qualquer indicação do período de funcionamento e de eventuais consultas.

E assim senhor Presidente e senhores Deputados, na Bidoeira é proibido adoecer, e não é aconselhável necessitar de medicamentos comparticipados, porque não existe ou não querem que exista quem possa passar um receituário para comparticipação pelo SNS.

Desta forma, as assimetrias entre as zonas rurais e urbanas tendem a acentuar-se, não bastam todos os outros condicionalismos que impedem o nosso crescimento e desenvolvimento, são também as políticas cegas elitistas que condicionam a vida das freguesias.

Lembro senhor Presidente e senhores Deputados, que a nossa principal missão como autarcas, deve ser acautelar a qualidade de vida das populações que servimos.

Desta forma convido esta Assembleia a solicitar às entidades responsáveis pela saúde no Concelho, explicações sobre o funcionamento das extensões da saúde nas Freguesias, ou que podendo, emita recomendações às mesmas entidades, no sentido de vermos restabelecidos num curto espaço de tempo, todos os benefícios no campo da saúde a que temos direito na Freguesia de Bidoeira de Cima. Muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Eu ia perguntar ao senhor Presidente da Junta da Bidoeira se isso é um requerimento ou uma moção?

Faça favor senhor deputado Pedro Biscaia.



DEPUTADO PEDRO BISCAIA (PS)

Boa noite.

Pedro Biscaia, eleito pelo Partido Socialista.

Para fazer um pedido de esclarecimento ao senhor Presidente da Junta da Bidoeira. Quando há alguns meses, talvez há um ano, o senhor Presidente da Assembleia Municipal, Prof. Manuel Antunes, a pedido e solicitação desta Assembleia, solicitou e foi cumprida, a vinda do Dr. Regateiro, Presidente da ARS Centro, que veio exactamente para prestar todos os esclarecimentos relativamente às valências de saúde, quer do hospital quer das extensões de saúde, se o senhor Presidente teve oportunidade de estar presente? Muito obrigado!

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Como estava a dizer, eu perguntei se era um requerimento à Mesa ou é uma moção que pretende apresentar, porque pediu para nós tomarmos a iniciativa. Agradeço que a redija e depois votamo-la.

Tem agora a palavra o senhor Presidente da Junta de Freguesia do Arrabal.

DEPUTADO ARLINDO PEREIRA (Presidente da Junta de Freguesia do Arrabal)

Boa noite!

Senhor Presidente da Assembleia, senhoras Secretárias, senhora Presidente da Câmara e senhores Vereadores, senhores deputados, caros colegas Presidentes de Junta, Comunicação Social e público presente.

A razão da minha vinda a esta tribuna é apenas para defesa da honra e do bom nome da população da Freguesia do Arrabal, pois como diz o povo, quem cala consente.

O dinamismo da população da Freguesia do Arrabal há muito que é reconhecido por todo o Concelho e pelas entidades públicas e privadas, pela sua capacidade associativa e empreendedora. Sabemos também que o Arrabal tem um edifício-sede da Junta relativamente novo, construído pela população. Tem uma frota de ambulâncias, oferta da população, tem um lar social com internos, centro de dia, apoio domiciliário, que é uma referência de grande qualidade. Tem uma fundação com creche, jardim-de-infância e ATL, que prestam um serviço de grande relevância social. Tem duas filarmónicas aliás, situação inédita, e com grande dinâmica, com duas escolas de música que prestam um serviço à cultura de grande qualidade, a



cerca de duzentos jovens. Tem um rancho folclórico com um museu etnográfico, que faz parte do Roteiro Nacional de Museus, tem um grupo coral de grande qualidade musical, tem cinco clubes desportivos com prática de várias modalidades federadas. A Junta de Freguesia, já editou seis livros de autores da Freguesia. Tudo isto, conseguido pela capacidade de iniciativa e dinâmica da população. Não nos foi oferecido pelos nossos lindos olhos. Prova de tudo isto, é o reconhecimento feito pela nossa imprensa local e que para nós é motivo de grande orgulho, e passo a enunciar alguns exemplos:

Região de Leiria em 15 de Julho de 2005 "Arrabal Freguesia modelo"; Região de Leiria, declarações da vereadora Isabel Gonçalves em 19 de Setembro de 2005 "O Arrabal tem a melhor qualidade de vida de que outras freguesias do concelho"; Região de Leiria em 5 de Julho de 2007 " No âmbito do programa de reconhecimento da rede de serviço ao cliente, promovido pelos CTT, o posto do Arrabal obteve o 1º lugar na categoria de estações tipo B, e isto numa altura em que estas estações encerram por todo o lado"; "Escola de música é o orgulho da Filarmónica" Região de Leiria em 15 de Julho de 2005; "Fundação presta apoio a mais de duzentas crianças" Região de Leiria, também em 15 de Julho de 2005; "Centro Lúdico do Freixial", 15 de Julho de 2005; Região de Leiria em 5 de Agosto de 2005 "Movimento Associativo ímpar - a Freguesia do Arrabal mantém um movimento associativo ímpar e pujante, como explicar um número tão elevado de colectividades. A pergunta não tem uma resposta capaz de nos esclarecer, para além de um dinamismo próprio da população, que mantém viva essa capacidade de tudo fazer pela sua terra"; "Arrabal previne-se para os fogos – Agrupamento de Escuteiros do Arrabal"; "Soutocico enterra bacalhau" , Região de Leiria em 16 de Abril e 2004; "Baú de recordações no Freixial – Museu Etnográfico do Freixial assume-se como um destino turístico para quem visita Leiria. O espólio etnográfico reunido na recriação de uma habitação rural do final do século XIX" não tenho aqui indicação de qual é o jornal mas é de 9 de Abril de 2004.

Ora só com grande capacidade de iniciativa e de grande dinâmica são possíveis tantas e tão boas obras. Obviamente que a reboque desta dinâmica vem alguns apoios oficiais. Toda esta dinâmica é geradora de um incompreensível ciúme e inveja dos acomodados e menos activos. Ao ler o Jornal de Leiria do passado dia 11 do corrente mês, deparei-me com a seguinte declaração feita pelo meu colega, Presidente da Junta de Regueira de Pontes, senhor João Pereira, que passo a citar:



“ O Arrabal deverá ter grandes condições devido à sua representatividade na vereação”. Ora, esta declaração é grave, pois no mínimo insinua o favorecimento por parte da Câmara Municipal de Leiria, através do vereador Eng.º Fernando Carvalho. Será que os Marrazes têm sido beneficiados por ter na sua Freguesia vereadores e a Presidente da Câmara Municipal? Ou será que a Maceira tem melhores condições de educação e cultura por ter o vereador que há mais anos está neste pelouro? Eu pessoalmente não acredito!

Por essa razão, eu desafio o senhor Presidente da Junta de Regueira de Pontes, João Pereira, a dizer o que sabe a esta Assembleia, onde, quando e de que forma o Arrabal foi beneficiado. Se não o fizer, fica a dever um pedido de desculpas à população do Arrabal. Muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado senhor Presidente da Junta.

Tem agora a palavra o senhor deputado Manuel Carvalho, Presidente da Junta de Freguesia da Azoia.

DEPUTADO MANUEL CARVALHO (Presidente da Junta de Freguesia de AZOIA)

Boa noite.

Manuel Carvalho, Presidente da Junta de Freguesia de Azoia.

Peço desculpa à Mesa por ter cumprimentado em primeiro lugar o colega Pedro Biscaia, mas acho que não levam a mal e agora passo a cumprimentar o senhor Presidente da Assembleia, a senhora Presidente da Câmara, os senhores Vereadores e os restantes Deputados e público em geral.

O assunto que também trago aqui é, como já foi transmitido também por alguns colegas meus, a notória falta de condições de saúde, nomeadamente provocada por falta de médicos nas extensões de saúde rurais do Concelho de Leiria.

Na Freguesia de Azoia houve muitas queixas e queixas reais da falta de consultas e médicos na respectiva extensão de saúde, após a saída de uma médica de família em Julho, que não foi substituída. Situação que se agravou com o período de férias.

Após muitas diligências e de várias reuniões com o director de saúde Dr. Ronaldo Sampaio, e é bom dizer e sem demagogia, que sempre mostrou grande preocupação e vontade em receber o problema, verificou-se que actualmente há dois médicos em dias alternados que asseguram a substituição. No entanto, cerca de mil e quinhentos



utentes não têm de facto médico de família. Na expectativa de que seja resolvido a carência de médicos em Azoia e nas várias Freguesias do Concelho, dirijo-me a esta Assembleia e em particular ao senhor Presidente da Mesa, que também é por mérito próprio um dos melhores cirurgiões da actualidade e um excelente conhecedor do sector da saúde, que transmita a quem de direito as preocupações dos homens bons do Concelho de Leiria. Ao senhor ouvem-no e lêem o que escreve, e escreve para muitos. A nós, não tanto como gostaríamos e certamente como mereceríamos, principalmente pela forma desinteressada como exercemos a política mais autêntica, que é a de proximidade. Sobre isto quero dizer que escrevi praticamente para todos os deputados, julgo que posso dizer assim, eleitos pelo círculo eleitoral de Leiria, dos quais, salvo algumas excepções infelizmente, me responderam. Escrevi para o senhor Governador Civil de Leiria que diligenciou e tomou providências, para a ARS do Centro que também me respondeu, para outras entidades embora não me tenham respondido, mas penso que ao senhor Professor todos responderão e todos o ouvirão.

Como os meus colegas trouxeram este assunto, e tal como eu já pensava em trazer, tentei redigir (e se eles não se importarem depois poderemos acertar) de forma rápida uma moção, que passaria a ler:

MOÇÃO

- Considerando que o serviço de saúde, pela implicação que tem na qualidade de vida das pessoas, constitui uma das principais prioridades dos serviços que o Estado deve prestar aos cidadãos;

Considerando que nas últimas décadas foram construídas extensões de saúde pelas diversas freguesias, na maior parte dos casos através de e em património das freguesias, em estreita colaboração com a ARS.

- Considerando que na generalidade, o serviço aí prestado vinha satisfazendo as respectivas populações;

- Considerando que nos últimos meses a qualidade deste serviço tem vindo a degradar-se, principalmente devido à carência de recursos em termos profissionais médicos, atingindo grande gravidade nos meses de Verão;

- Considerando que algumas freguesias devido à distância à cidade (portanto aos dois Centros de Saúde e ao Hospital Distrital) e devido à sua numerosa população



idosa, na maioria dos casos sem meios de transporte, ficam as suas populações condicionadas e sem alternativa;

- Considerando que tudo isto causa graves prejuízos às populações rurais do Concelho que em muitos outros sectores já estão penalizadas;

- Considerando que a prestação de saúde a todos os cidadãos está consagrada na Constituição da República Portuguesa:

A Assembleia Municipal de Leiria, reunida no dia 26 de Setembro de 2008, repudia totalmente a saída de profissionais médicos e restantes recursos humanos sem a respectiva e imediata substituição nas extensões de saúde do Concelho de Leiria.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado. Eu peço que a deixe aqui, mas já houve mais um Presidente de Junta que falou sobre esse tema, e eu no que me diz respeito, a única coisa que posso prometer é levá-la em mão directamente ao Dr. Pimentel, Presidente da ARS, e ver se com isso se consegue alguma coisa. Há muitas outras coisas por trás e muitas dificuldades.

Tem agora a palavra o senhor deputado Domingos Carvalho.

DEPUTADO DOMINGOS CARVALHO (CDS/PP)

Domingos Carvalho, CDS/Partido Popular.

Boa noite a todos!

Excelentíssimo senhor Presidente, senhora Presidente, senhores Vereadores, caros colegas, imprensa, público.

De facto, nós tivemos aqui a constatação já em algumas intervenções, de que os tempos vão bravos. No entanto, não posso deixar de fazer uma nota, porque um dos elementos do público que aqui falou, o senhor Borges de Almeida, disse que merecia resposta às suas preocupações. Ao não estar denota que de facto não merece essa resposta. Obviamente eu não podia deixar de fazer uma referência a grande parte do texto, que aqui remete para a Assembleia Municipal um conjunto de situações que obviamente não são de direito desta Assembleia.

E porque uma das funções que nós temos é tentar contribuir para o esclarecimento dos nossos munícipes, obviamente é relevante que “a César o que é de César” e a



nós o que é de nossa lavra. Portanto, grande parte das matérias que aqui são tratadas não é de nossa lavra. Pelo que, me parece que isto exacerba a liberdade e o direito que os munícipes têm de intervir perante esta Assembleia. Peço desculpa mas não podia deixar de o referir, porque já agora, uma vez que no Conselho Municipal de Segurança ficou clara a escassez de meios que existem para o policiamento da nossa cidade e também do nossos Concelho, enfim, porque não a Assembleia Municipal com os seus elementos poderem fazer fiscalização e patrulhamento na zona histórica.

Passada esta questão, acho que tinha que fazer uma nota.

Senhora Presidente, para todos os efeitos esta intervenção como a do senhor Tenente-coronel Ferreiro, reflectem e denotam uma grande insatisfação que nós podemos encontrar nas pessoas, face à coisa pública. Isso é que eu acho que é preocupante, porque não é já na denúncia dos problemas específicos, é na forma como eles são referidos, com a agressividade com que eles são referidos. Isso é que eu acho que é preocupante.

Mas o senhor Tenente-coronel Ferreiro na expressão que aqui nos trouxe de uma situação concreta, não posso deixar, depois de tudo o que foi dito e independentemente das análises qualitativas que me parece que obviamente reflectem apenas a revolta da situação, de vos pedir senhora Presidente e senhora vereadora, que a ser verdade aquela situação de que um barracão na estrada a quatrocentos metros da estrada Nacional 1, que liga a Bidoeira ao Barracão, que tem uma valorização quase 50% superior à que tem se estivesse localizado na zona da Exposalão na Batalha, é motivo de preocupação para todos nós. Isto claramente tem que ser visto, porque há qualquer coisa aqui que não está certo. E por muitos processos de intenção que nós tenhamos, quem tem que pagar o imposto não pode ficar satisfeito. E essa é uma preocupação que nós temos que ter, porque não nos podemos esquecer que em democracia os impostos têm que estar subjacentes à justiça fiscal. Se não houver justiça fiscal os impostos deixam de ser um dever e nunca podemos esquecer esta máxima. Muito obrigado.

Permitam-me então que entre aqui em algumas questões, e face às intervenções que já houve aqui anteriormente, eu vou, porque não vale a pena fazer determinado tipo de moções, pedir ao deputado Pedro Biscaia, nosso colega aqui na Assembleia, o favor de comunicar ao Governo, que há uma questão importante que ocorreu no Parlamento Europeu, que foi o facto do português ser reconhecido como uma língua



de comunicação global da Europa com o Mundo. Somos a terceira língua europeia de comunicação global. Este é um motivo de referência. E quando estamos a falar de uma língua de comunicação global, estamos a falar na necessidade que Portugal tem de dotar a Europa dos meios de fazer a ponte em tudo o que são acções, não só de solidariedade mas também em termos económicos, sociais, políticos e tudo isso, ou seja, a Europa tem no português o terceiro veículo de estabelecimento de relação com o Mundo. É uma questão importante, penso que o nosso Governo tem que agarrar essa (e desculpem por aqui puxar a brasa à minha sardinha) luta antiga do José Ribeiro e Castro, foi uma vitória relevante. Penso que é importante que não se deixe cair no esquecimento uma coisa tão relevante.

Está dado o recado, espero que o faça chegar.

Há uma outra matéria que eu queria politicamente aqui referir.

No passado, publicamente tive oportunidade de dizer que o General Ramalho Eanes não era exactamente alguém por quem eu tivesse um respeito particular. Tenho aqui também publicamente que dar nota, de que aquilo que todos ouvimos dizer referente à questão da recusa que fez no recebimento de uma pensão de reforma que lhe tinha sido atribuída, obviamente pelo Estado português, no valor superior a um milhão de euros, não interessa o que é mas é uma pequena fortuna, é um monumento, para utilizar na anti-expressão do Vasco Pulido Valente, aos anti-devoristas. Tenho que referir que independentemente das diferenças que possa ter tido com Ramalho Eanes, esta atitude denota uma verticalidade que eu desconhecia. A minha saudação a essa questão.

Para depois não fazer perder muito tempo, há aqui duas ou três coisas de índole local, que eu queria pedir à senhora Presidente e aos senhores vereadores.

Como hoje referi "*en passant*" à senhora Presidente mas que tem que ser vista, o acesso à ponte nova que foi feita entre a ligação à Freguesia dos Marrazes com a Freguesia de Amor, quem vem da Estrada do Campo seja do sentido da Barosa seja do sentido de Amor, é uma coisa perfeitamente surreal. Estamos a falar de algo que fica com um desnível tremendo, e a única forma de se ter visibilidade, para quem vem, é mesmo ter o carro na estrada. É de facto uma situação de alto risco e só quem não lá passou pode ter deixado aquela questão. Peço-vos uma intervenção urgente, penso até que a imprensa já fez uma foto denúncia dessa situação, mas acho que ainda não houve nenhuma intervenção. É relevante que seja feito ontem.



Há uma coisa senhora Presidente, que tenho constatado nos últimos tempos, que é o fecho da Rua Mestre de Aviz ao trânsito no sentido da Praça Rodrigues Lobo para lá, onde era a Tipografia Mendes Barata. Está uma rede a fechar o trânsito! Têm que ser tomadas seguramente medidas de precaução, não tenho qualquer dúvida, mas cortar o trânsito não. É importante que seja tomada essa medida, no sentido que possamos continuar a utilizar a rua.

A outra nota é uma história antiga que eu tenho tido com o senhor vereador Eng.º Fernando Carvalho, mas porque agora está muito pior do que alguma vez esteve, é sobre a rua Dr. Arnaldo Cardoso e Cunha, é a ruazinha onde houve aquela derrocada há uns tempos num prédio em que faleceram infelizmente uns trabalhadores. E o problema é que há dois anos praticamente que aquela rua está cortada ao trânsito. Neste momento passa-se por um carreiro onde, com dificuldade, passa um carro e o piso está uma vergonha. Eu sou o primeiro defensor da iniciativa privada, sou o primeiro defensor de que tem que haver facilidade para que os trabalhos sejam desenvolvidos, mas também sou o primeiro a exigir que perante a liberdade que tem que ser dada aos promotores, tem que lhes ser exigida responsabilidade e criar condições para que as coisas funcionem. Muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado senhor deputado.

Tem agora a palavra o senhor deputado Cláudio de Jesus.

DEPUTADO CLÁUDIO DE JESUS (PSD)

Boa noite a todos!

Cláudio de Jesus, PSD.

Cumprimentava o senhor Presidente da Mesa, a senhora Presidente da Câmara, os senhores vereadores, caros colegas da Mesa e demais deputados, ilustre assistência e representantes da Comunicação Social.

Venho aqui só deixar uma nota de congratulação, porque na Assembleia do passado mês de Junho, trouxe aqui um assunto que redundou numa moção e no envio de uma carta ao senhor Presidente da Federação Portuguesa de Atletismo, com o intuito de enfatizar no fundo, as magníficas condições que Leiria tem para a prática do atletismo, e estava em compita digamos assim a realização da Taça da Europa de Atletismo do Escalão A, a primeira liga, em que Portugal vai participar pela primeira vez também no próximo ano de 2009, em Leiria ou no complexo do Vale do Jamor.



Soubemos à posteriori, que foi um sucesso esta iniciativa. Não necessariamente só por esta diligência da Assembleia Municipal, mas gostava de deixar este registo de satisfação, porque acho que merecemos, acho que temos infra-estruturas condignas. Agora temos a grande responsabilidade de organizar a próxima Taça da Europa e espero que saibamos demonstrar que sabemos fazer tão bem ou melhor do que os outros.

A segunda nota tem a ver com uma intervenção de uma pessoa do público, o senhor Manuel Cunha. Não vou alongar-me, penso que a senhora vereadora Neusa Magalhães já disse praticamente tudo o que havia a dizer, só corroboro as palavras da senhora vereadora no sentido de me disponibilizar para todos e quaisquer esclarecimentos que pretenda ver tidos, relativamente a estas matérias dos resíduos sólidos. Naquilo que eu puder ser útil estarei disponível para o ajudar. Muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado senhor deputado.

Tem a palavra agora o senhor Presidente da Junta de Regueira de Pontes.

DEPUTADO JOÃO PEREIRA (Presidente da Junta de Freguesia de Regueira de Pontes)

Boa noite.

João Martins Pereira, Presidente da Junta de Freguesia de Regueira de Pontes.

Senhor Presidente da Assembleia, senhora Presidente da Câmara, senhores vereadores, Mesa, senhores deputados e restante auditório.

Eu queria desde já fazer formalmente um pedido de desculpas ao Presidente da Junta de Freguesia do Arrabal. Nunca me passou pela cabeça atingir o colega ou a população do Arrabal, e congratulo-me pelo Presidente que têm, porque realmente defende a honra da sua população. Por isso fica já aqui o meu pedido formal de desculpas sobre este assunto.

No entanto, eu deparo-me aqui com algumas situações que me surgiram ao longo da minha função como Presidente de Junta, e devo dizer que não vivo da Junta, não é a Junta que alimenta a minha família, nem paga a minha casa, tenho aqui alguma situação de abnegação em relação à minha Freguesia do qual eu sou freguês e sou também do Município de Leiria. Contudo eu deparo-me com situações deste género:



Eu em 7 de Abril de 2006 escrevi para a Câmara pedindo espelhos e descrevi quais eram as ruas que precisavam de espelhos devido à situação de perigo em que se encontram, sinais de STOP para uma quantidade de ruas também da minha Freguesia, peço iluminação pública porque as casas vão sendo feitas e a iluminação pública não acompanha e faço esse pedido à Câmara Municipal de Leiria, pedi uma rua de sentido único na minha Freguesia e também não tive respostas, escrevi nova carta, em Dezembro de 2006, onde coloquei a fotocópia do anterior pedido e não obtive resposta, não me foi dito nada, até que houve um acidente nessa rua que eu pedi sentido único, a pessoa em causa pergunta-me se deve escrever à Câmara a pedir essa rua de sentido único eu encorajo sempre porque os munícipes devem sempre ter um diálogo com a Câmara e explicarem os seus problemas. Este pedido saiu em 26 de Junho de 2008 e no dia 6 de Agosto de 2008 está lá o sentido único. Ora, eu como Presidente de Junta, que é a minha função fazer estes pedidos, vejo-me aqui ultrapassado, vejo o meu trabalho um bocado sabotado em relação às coisas que eu peço à Câmara. Eu não sei se deva pedir uma quantidade de coisas que tenho aqui numa lista para pedir, se o peça como Presidente da Junta ou como freguês de Regueira de Pontes. Eu posso dizer que preciso da colocação de lombas nas Chãs, junto ao jardim-de-infância, junto à escola primária, preciso dos espelhos, preciso da sinalização de indicação de localidades que foi pedido e nunca me foi respondido, preciso da continuação de colocação de iluminação pública em ruas que não têm iluminação e existem lá casas, preciso do arranjo dos espaços exteriores das escolas da Freguesia, preciso de equipamento lúdico para as crianças no jardim-de-infância de Regueira de Pontes, e outras situações que neste momento não tenho presentes mas que fazem parte dessa lista.

Devo também agradecer, penso que foi ontem, que me deram uma paragem de autocarro, pedida há não sei quantos anos, mas agradeço à Câmara, e pedia também uma carrada de alcatrão para colmatar alguns alargamentos de vias que foram feitos ao longo do meu mandato que precisam de ser reforçados senão passamos por cima da lama.

Eu não sei se isto se passa na Freguesia do Arrabal, mas passa-se na minha freguesia, e espero que compreenda a minha situação quando fico revoltado, quando peço coisas à Câmara e passados dois anos ninguém me responde e vem um munícipe que pede e é logo atendido. A única palavra que me ocorre para este tipo de actuação é boicote à minha acção na Junta de Freguesia.



Houve pedidos que foram feitos, por exemplo a inclusão de Regueira de Pontes nas treze Freguesias com o nome de ponte, foi pedido um apoio e não foi dado, Regueira de Pontes também tem algumas iniciativas, tem a sede da Junta de Freguesia que em princípio será, julgo eu, o segundo maior auditório do Concelho, obra da população das Chãs, não sei se a Câmara já participou, julgo que há uma promessa nesse sentido, na sede da Filarmónica. Existe a situação do Centro Social de Regueira de Pontes, não sei se já foi pago mas na última informação que me foi dada foi-me dito que essa participação ainda não chegou, obra também da população da Freguesia de Regueira de Pontes. E volto a dizer, não sei se estas situações acontecem na Freguesia do Arrabal ou noutras freguesias, ou na Maceira como referiu, mas na minha passasse-se isto e acho que compreendem a revolta.

Outro assunto que eu queria abordar era, para quando a entrada em funcionamento da ETAR Norte para os efluentes suinícolas no sentido de minimizar os espalhamentos dos mesmos efluentes nos terrenos do Vale do Lis? Esta é uma pergunta sem efeito porque os espalhamentos continuam, ou seja, existem aqueles maus cheiros, em que as outras freguesias se têm queixado, nomeadamente o caso da Ortigosa, Monte Real, etc., e penso que esta situação seria minimizada se entretanto a ETAR Norte entrasse em funcionamento. Para já é só isto, obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado senhor deputado.

Tem agora a palavra o senhor deputado Paulo Pedro, Presidente da Junta de Freguesia do Coimbrão

DEPUTADO PAULO PEDRO (Presidente da Junta de Freguesia do Coimbrão)

Boa noite, Paulo Pedro, Presidente da Junta de Freguesia do Coimbrão, Partido Socialista.

Permitam-me que traga hoje aqui, como já o fiz anteriormente, alguns anseios e algumas queixas da população da Freguesia.

Começava pelo Centro Escolar, já é um projecto que eu trago há dezanove anos, a senhora Presidente traz há onze provavelmente, o facto é que o projecto está elaborado há vários anos, o facto também é que soube hoje que está agendado para a próxima reunião de Câmara, mas não tem tido andamento. Esta é a verdade e



sabemos que muitas das condições da Junta de Freguesia e do posto médico estão dependentes desta construção e parece-nos estar a andar lentamente demais.

Praia do Pedrógão, este ano vimos escrito nos jornais que a praia do Pedrógão não está na moda e efectivamente a praia do Pedrógão está esquecida. Já assistimos a vários anúncios, a várias apresentações, eu próprio fiz parte de algumas dessas apresentações e hoje custa-me que o tenha feito, porque apresentámos bonitos projectos, até hoje não passaram de projectos e custa-nos ouvir aquela população dizer que efectivamente pouco ou nada tem sido feito na praia do Pedrógão.

Um lamento seguinte relativamente à Lagoa da Ervedeira.

Um lamento preocupado, porque a lagoa está a descer de nível como nunca desceu, provavelmente nos últimos cinquenta anos não há memória da lagoa ter descido de nível de água, eu tinha alertado já em tempos aqui para a questão das explorações de água das celuloses e possivelmente para a implicação que isso poderia ter, aliás, quando a senhora Presidente anunciou nesta Assembleia a questão da extracção de água na Mata Nacional do Urso para abastecimento de Leiria fiz referência a isso, mas o facto é que as extracções das celuloses são vários metros cúbicos por segundo que estão a extrair da Mata Nacional do Urso, eu que até aqui tinha esperança que não tivesse implicações no nível freático da Lagoa da Ervedeira hoje não tenho essa certeza, porque embora os últimos anos tenham sido de alguma seca, a verdade é que não há história da lagoa com aquele nível que tem hoje. E isto preocupa-nos bastante.

Preocupa-nos ainda a questão do PDM senhora Presidente! Não há razão. E parece-me que também não há muitos exemplos destes pelo País, em que revisões que começaram há catorze anos se calhar, estejam hoje ainda sem acabar. Houve revisões que começaram num ano e passados três anos estavam concluídas. Infelizmente a nossa, há catorze anos ou mais... se calhar dez no seu tempo senhor vereador, eu recorda-me de vir cá o senhor Secretário de Estado dizer que tinha autorizado a revisão. Depois, esta é uma preocupação, a Freguesia do Coimbrão é se calhar das freguesias mais prejudicadas a nível concelhio pela questão do PDM, e depois ainda por cima com o decreto-lei n.º 124/2006, que ainda veio prejudicar mais uma freguesia que é ladeada por espaço florestal, isso não é da Câmara, mas também já fizemos comunicação disso ao nosso Governo e também isso nos veio prejudicar e também isso seria aliviado se a revisão do PDM já estivesse em curso.



Não temos dúvida dessa questão. Portanto, aquilo que nos dizem de cima é que também esse decreto seria muito aliviado se a questão fosse para a frente.

ETAR Norte!

Permitam-me que traga aqui mais uma vez a questão da ETAR Norte que não pedimos, não precisávamos e fomos obrigados a receber sem qualquer contrapartida. O facto é que a ETAR Norte, e é preciso que o Concelho tenha noção desta questão, trouxe-nos muitos problemas durante a sua construção e continua a trazer-nos problemas hoje, relativamente ao aumento de trânsito de pesados, nomeadamente cisternas, e continua a trazer-nos problemas relativamente às lamas, já me foi explicado pelo deputado Cláudio, há dias houve um acidente, o facto é que é um precedente gravíssimo, foi um camião que transportava lamas em que supostamente está escrito em todo o lado que devem ser lamas secas e o facto é que não eram lamas secas, e que foram despejadas continuamente ao longo da estrada da ETAR até Monte Redondo e ao que parece a GNR mandou para o camião em Monte Redondo. Temos a noção que a ETAR que não precisávamos, porque tínhamos saneamento tratado e para isso abdicámos de muitas obras para ter saneamento tratado, tínhamos mais de 90% de saneamento básico tratado na freguesia, tivemos uma ETAR que não pedimos calhou-nos na rifa, e o facto é que nos está continuamente a trazer problemas, e é preciso que o Concelho saiba isto, e é preciso saber também que a Junta de Freguesia do Coimbrão contrariamente a grandes obras deste género que aconteceram no Concelho, nomeadamente o aterro sanitário, em que trouxe algumas contrapartidas positivas para as freguesias, a freguesia do Coimbrão não foi vista nem achada numa única contrapartida. Aliás, uma coisa pequena que tínhamos pedido, um pequeno arruamento, ficou uma coisa perigosíssima que lá está hoje, onde está a ETAR, que é um bocado a vergonha da nossa cara passar por lá.

Depois e por último, um bocado da minha indignação senhora Presidente.

Assistimos hoje a um contínuo efectuar de obras que passados dois anos são levantadas e são repostas. Eu fiquei estupefacto e acho que quem trabalha numa freguesia que não tem dinheiro para fazer um passeio na estrada nacional que é o nosso caso, em que as estradas têm bermas que são valetas e as pessoas não conseguem andar na estrada, quando a Câmara nos faz o favor de dar quinze mil euros para conseguirmos fazer um bocado de passeio custa-me, indigna-me que hajam obras que foram feitas hoje para arrancar amanhã. Aconteceu e vou dizer



duas ou três das que tenho agora presentes: a rotunda dos paralelos, vai acontecer com a estrada que passa em frente ao Jardim Luís de Camões, que vai ser levantada agora, ninguém é responsável por isto, foi construída há dois/três anos, e agora vai ser levantada e vai ser feita uma coisa diferente, se calhar vai acontecer o mesmo com a rotunda luminosa, lá em baixo ao pé do mercado e do Estádio, quando for feita a grande obra do Centro Comercial, o mesmo vai acontecer com todo o pavimento e com todo o estacionamento feito ao pé do Estádio Municipal, e eu pergunto se não há ninguém responsável por isto? E quando nós precisamos de meia dúzia de tostões, comparado com estas obras são meia dúzia de tostões, para fazer qualquer obra na freguesia não temos. Isto parece que me choca e provavelmente é por ser Presidente da Junta que isto me choca. Obrigada.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado.

Tem agora a palavra o senhor deputado Pedro Biscaia.

Eu volto a apelar aos senhores deputados para a contenção em termos de tempo no uso da palavra, obviamente que, sem deixarmos de expor as nossas ideias.

DEPUTADO PEDRO BISCAIA (PS)

Boa noite!

Senhor Presidente, senhora Presidente, senhores Vereadores, caros colegas deputados.

Em sequência do novo desenho das estruturas operacionais de turismo, que já mereceu a discordância unânime desta Assembleia, vivemos num contexto de preocupante indefinição sobre o destino e vocação da actividade turística da nossa Região. Face a este problema, torna-se imperioso antecipar cenários prospectivos que permitam a construção de uma estratégia afirmativa de Leiria no domínio das novas oportunidades culturais, da inovação comercial e da criatividade na indústria do lazer, sabendo-se que o Turismo é um dos sectores de actividade económica com maior margem de crescimento, num mundo onde a mobilidade é mais fácil e a esperança média de vida continua a aumentar. Todavia, o turismo dos dias vindouros (dizem-no todas as evidências) reger-se-á por padrões assentes em experiências genuínas, irrepetíveis, ambientalmente equilibradas e claramente identificadas com lugares e pessoas.



Leiria, nesse contexto, dispõe de alguns trunfos que pode fazer valer junto desses novos mercados de consumidores mais evoluídos:

obviamente o seu castelo devidamente dinamizado, as novas termas de Monte Real, o património arqueológico, o futuro Moinho do Papel (para quando a sua abertura ?) e o seu Centro Histórico. Esta variedade de produtos articulada com destinos de concelhos vizinhos, é uma jóia ainda pouco aproveitada como factor de diferenciação e competitividade, no quadro das cidades médias portuguesas. Uma fotografia deste castelo, um passeio nas ruelas antigas, um recanto singular de luz ou sombra ou uma visita ao Lapedo... são marcas e impressões únicas que só aqui podem ser vividas. É nessa diferença que reside a mais valia económica, para além do consenso geral do valor patrimonial, de espaços urbanos como o Centro Histórico de Leiria. Não faltam vários exemplos nacionais e estrangeiros para o provar de forma irrefutável.

Foram agora anunciados avultados investimentos na reabilitação do espaço público do Centro Histórico e abertas candidaturas para a comparticipação na recuperação de edifícios particulares degradados. Saudamos, vivamente, estas iniciativas e destacamos o interesse dos programas governamentais e comunitários que permitiram viabilizar este desígnio antigo de muitos leirienses. Mas recuperar não é , só por si, revitalizar. Para alcançar esse objectivo é necessário congregar ideias e pessoas em torno de eixos inovadores e promover " *o estímulo à criatividade empreendedora e à participação dos cidadãos nos processos de transformação da cidade*" como bem sublinha o Professor António Câmara. Sem dúvida que é preciso agilidade na gestão do tempo, que são precisas intervenções cirúrgicas imediatas no espaço físico, mas é fundamental estabelecer canais de diálogo, formas expeditas de participação dos vários actores sociais e partir para frutuosas parcerias público-privadas na definição de acções concretas. As esforçadas iniciativas pontuais que têm sido realizadas no CH (como por exemplo o mercado medieval, amanhã, 27 de Setembro) ganhariam outra projecção se fizessem parte de uma estratégia geral consensualizada de promoção daquele recurso económico e cultural da cidade. O Centro Histórico em ligação com o castelo e outras âncoras dinamizadoras de cultura, poderão gerar um nicho contemporâneo de vivência urbana, com usufruto diversificado e equilibrado de residentes, de visitantes e dos que lá trabalham. Esta pode ser a ocasião para Leiria surgir, com a naturalidade, como centro aglutinador e liderante de uma região com história, com identidade, mas também com a abertura



à inovação. O modo cooperante como se encetou a recuperação das Termas de Monte Real é um exemplo positivo de como é possível conjugar vontades distintas. As dificuldades e incertezas que a Entidade Regional de Turismo está a sentir, poderão constituir a nesga de oportunidade para Leiria projectar um plano próprio de desenvolvimento e aproveitamento das potencialidades turísticas que possui. Há consenso político sobre muitas das opções a tomar; há reconhecida qualidade dos projectos; há vontade e iniciativa dos cidadãos; há verbas disponíveis. Falta apenas, a iniciativa autárquica na definição de políticas públicas que envolvam, congreguem e mobilizem todas as sinergias necessárias à construção de eixos de acção estratégicos.

Exortamos a Câmara Municipal para que assuma esse desafio inadiável.

Todos, na diversidade criativa do pensamento, seremos capazes e competentes na acção.

Tenho dito! Obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado senhor deputado.

Tem agora a palavra a senhora deputada Manuela Santos.

DEPUTADA MANUELA SANTOS (PS)

Manuela Santos, Partido Socialista.

Boa noite a todos.

Senhor Presidente, senhora Presidente, senhores vereadores, senhores deputados municipais, senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social, minhas Senhoras e meus Senhores.

A problemática do Centro Histórico não é nova e já várias vezes foi abordada nesta Assembleia. Mas uma das funções dos deputados municipais é precisamente darem eco ao sentir dos cidadãos, às suas preocupações. Por isso, mais uma vez aqui estamos dado não percebermos o ritmo demasiado lento da recuperação deste espaço, a falta de participação e auscultação da sua população e a falta de atractivos para que seja visitado.

A Câmara Municipal de Leiria tem uma diversidade de instrumentos legais para melhorar a qualidade de vida urbana no Centro Histórico, o que seguramente influenciaria positivamente o seu sector comercial. Na verdade, a autarquia pode exigir a demolição de construções em estado de ruína, que constituam um perigo



para a saúde e segurança das pessoas, ou em estado de abandono, bem como pode substituir-se aos proprietários renitentes, tomando posse administrativa dos imóveis. No entanto, não se tem visto uma acção concertada de recuperação do edificado, nem um esforço visível e absolutamente necessário para melhorar a atractividade do local.

O Plano de Pormenor 4 do Polis, relativo ao Centro Histórico, ainda não foi aprovado, e é fundamental para que as especificidades de recuperação sejam definidas e não fiquem ao critério arbitrário de quem as aprova. É grande a lentidão na apreciação dos projectos, o que leva a que os proprietários passem verdadeiros calvários para os conseguirem. São poucas as acções de auscultação das opiniões daqueles que são directamente interessados. A recuperação da Casa dos Pintores aparentemente parou e só agora parece ter sido formalizada a candidatura à construção polivalente da Praça Eça de Queiroz, vulgo “buraco da Rua Direita”, que pode constituir uma âncora dinamizadora da zona. Simples actuações e intervenções poderiam sinalizar desde logo, a existência de uma estratégia global e de desenvolvimento do Centro Histórico, até há poucos anos atrás o coração da nossa cidade.

A dinamização cultural, a agilização dos processos camarários, iluminação adequada, sinalética toponímica e dos estabelecimentos comerciais, e ainda a sinalética turística com referências culturais, com a divulgação devida potenciariam seguramente todas as restantes medidas. É imperioso a cooperação entre as diversas instituições, de forma a trazer a este espaço a dinâmica e a vitalidade que merece.

É igualmente imperioso, que a autarquia implemente rapidamente medidas concretas, de incentivo à sua renovação, sob pena de podermos deixar apagar da nossa memória a emblemática da cidade, a sua história e a sua cultura.

O nosso centro é único e tem características morfológicas demográficas e culturais muito próprias. É demasiado valioso para estar ao abandono, não ser recuperado e potenciado como se impõe. Para esse efeito, compete e compete à Câmara Municipal de Leiria definir uma estratégia global e coesa, é esse o dever do executivo.

Para finalizar, mais duas questões.

Existe uma Comissão Municipal de Defesa do Centro Histórico, constituído no âmbito desta Assembleia que incompreensivelmente, e muito embora os múltiplos apelos, não reuniu ainda nesta legislatura. O QREN lançado pelo actual Governo irá financiar alguns dos projectos necessários mas são pequenos os sinais de incentivo e até de interesse que a Câmara podia e devia dar desde já.



Em suma, e porque acreditamos que uma cidade não é saudável se não cuidar da sua identidade, pergunto ao executivo camarário qual é a sua estratégia para que o Centro Histórico se torne o centro vital no desenvolvimento da região, e quais as acções concretas e a respectiva calendarização para a sua anunciada recuperação.

Disse!

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado senhora deputada.

Tem agora a palavra o senhor deputado Vitorino Vieira Pereira.

DEPUTADO VITORINO PEREIRA (BE)

Vitorino Vieira Pereira, Bloco de Esquerda.

Boa noite a todos!

Seguindo o provérbio popular que diz “água mole em pedra dura tanto dá que até a fura”, voltamos mais uma vez a falar do Polis, infelizmente para todos nós para dar más notícias. Apesar dos constantes avisos, dos inúmeros alertas, tanto a Câmara como a alguns utentes, que não têm tido na nossa opinião comportamento mais correcto relativamente ao projecto Polis, que não nos cansamos de enaltecer relativamente à valorização que veio trazer para a cidade. O que está em falta seria tão-somente zelar pela sua conservação.

A proposta por nós apresentada no ano transacto, nesta Assembleia, de se criar uma Comissão de Fiscalização do Polis, não foi aprovada e agora temos à vista possivelmente as consequências de tal facto. Sobretudo na zona do Convento de S. Francisco até à Guimarota, assiste-se a uma progressiva degradação e a mais que inacreditável passividade dos poderes constituídos e dos cidadãos. Fios de aço que ladeiam parte do conjunto acima citado e que só não nos dão segurança como têm uma boa qualidade de estética, começaram por se desenrolar passado pouco tempo, não percebendo nós o porquê de tal situação, e pouco depois começaram a ser atados nas pontas em vez de serem esticados e devidamente colocados, e pasme-se, algum tempo depois, não muito, pura e simplesmente desapareceram. Foi a Câmara que os tirou para os colocar de novo?



As caixas de ligação eléctricas e de águas em grande quantidade não têm tampa, e o material que protegiam está não só à amostra como a degradar-se e mostrando a quem passa a nossa inacreditável permissividade em relação à destruição daquilo que é de todos nós. Continua a não existir sanitários no percurso mais utilizado, continua pois, a degradação do Polis.

Apelo pois, a uma reflexão urgente relativamente a esta matéria.

E que dizer do rio? Vamos continuar a ignorá-lo? Não será mais útil para a cidade e para todos nós revitalizar o rio, incentivando a juventude e a população em geral a desfrutá-lo? Mas para os atrair é necessário embelezar o Lis, é necessário limpar o rio. Lembro que é à Câmara que incumbe a limpeza do rio na cidade.

Revitalizar a cidade é revitalizar os seus cidadãos, é proporcionar novas formas de estar e de colaboração com os seus pares, e é por aqui que devemos ir.

As descargas das suiniculturas na Ribeira dos Milagres. Foi anteontem, foi hoje, será amanhã, já dura há vários anos, trinta diz o Presidente da Junta. Todos sabem e ninguém quer saber, ninguém actua, nem autarquias, nem GNR, nem o Ministério do Ambiente, nem o Ministério da Agricultura, com a excepção de meia dúzia de agitadores, certamente subversivos, da Comissão de Ambiente e Defesa da Ribeira dos Milagres, que devem ser olhados de lado como inimigos do emprego e da economia. Este caso, até já chegou à televisão, pelo que já se utiliza armamento pesado várias vezes, recorrentemente em vários anos sem resultados. Há questões, onde nem as armas navais, as de maior calibre como é a televisão, servem para nada. O que se verifica, é que há sítios muito elásticos do ponto de vista de resistência à legalidade, quando o Estado é conivente e quer fechar os olhos em nome de interesses mais mesquinhos de uma Economia predatória com força na política nacional e local (no Ministério da Agricultura pelo menos), violando os direitos dos cidadãos com a desculpa de que não há outra forma de absorver o desemprego. Sítios onde quem manda são quatrocentos mil porcos, só no distrito de Leiria, que não é o único a ter estes problemas, o equivalente a um milhão e duzentas mil pessoas a poluir o ambiente. Esta economia das suiniculturas, despejando a céu aberto, que vive na ilegalidade à vista de toda a gente, ao olfacto de toda a gente, convive com outros sectores, como as pedreiras que também não cumprem a lei. Ora, suiniculturas poluentes e pedreiras nas áreas protegidas, não são actividades que possam passar despercebidas.



Voltemos à nossa ribeira malfadada. Visto à luz do que acontece todos os dias, e uma descarga numa ribeira é de difícil contestação, se não haveria alguém a dizer, com o mesmo estilo fabuloso mas eficaz de Artur Albarran, que nada acontece de especial, até verdadeiramente água limpa é de cor preta e não transparente como estes cidadãos julgam, as declarações das autoridades são patéticas. No Público, o Governo Civil de Leiria pediu uma melhoria do relacionamento entre a população da Freguesia de Milagres e os empresários que estão a desenvolver um projecto de despoluição da Ribeira, ou seja: colaborai e bem com quem vos dá cabo todos os dias da água, mesmo que a lei esteja do vosso lado e a legalidade do outro. Comportai-vos como iguais porque é assim que o Governo Civil vos vê ou diz que vos vê. Na verdade, o dito Governo Civil, ou seja, o braço do Governo em Leiria, não acha bem que eles sejam assim muito iguais, porque usa essa classificação para a outra parte, os empresários que estão a desenvolver um projecto de despoluição da Ribeira, um fabuloso eufemismo, porque se está mesmo a ver que são eles que a poluem.

Os homens e mulheres dos Milagres estão claramente a “passar-se” como se costuma dizer, já foram deitar baldes de porcaria em vários sítios. O subversivo da Comissão de Defesa da Ribeira, faz a pergunta certa que já muitas vezes fez e sem resultado: Porque é que as suiniculturas identificadas como autores das descargas não são encerradas? Não são! O senhor Governador, disse-nos que não tem o poder para encerrar as suiniculturas. Se ele não tem quem é que tem?

Nos Paços do Concelho ficaram a saber a resposta, que os protestos foram feitos à porta errada, porque os responsáveis serão os Ministérios do Ambiente e da Agricultura, típico neste caso, ninguém manda, ninguém pode, logo ninguém tem culpa. Mas o representante do Governo Civil explicou-lhe esta coisa tão miraculosa como o nome da ribeira, a ribeira dos Milagres é a ribeira mais policiada do país. Também há dois anos, o Secretário de Estado do Governo na altura, prometeu uma fiscalização muito rigorosa a partir de Janeiro (Janeiro era o de 2004 entenda-se), antes de muitas outras descargas poluentes acontecerem na ribeira mais policiada do país. Sim, de facto, se esta é a mais policiada e acontece o que acontece, então no resto do país é uma calamidade. Razão tem o Presidente da Liga para a Protecção da Natureza, quando diz com o mesmo desespero de causa, não é ilegítimo que nós cidadãos, questionemos porque é que temos que cumprir a lei, quando há um sector



que tem total liberdade para ter um tratamento completamente diferenciado por parte da lei.

Pensam que estas conversas que relato são o resultado da descarga de ontem? Engano! São de há quinze anos, ou seja, o tempo necessário para mais uma vez sem consequência a ribeira tornar ao seu estado normal de placa suína. São de há um ano, dos dois, três, quatro, sempre a mesma coisa. A questão maior do que o caso infeliz da ribeira dos Milagres é saber porque se pode continuar com impunidade a violar a lei e ninguém actua.

É preciso envergonhar publicamente as autoridades que não actua!

É preciso renunciar a complacência face à ilegalidade, muito mais perigosa para uma sociedade sadia do que às vezes a ilegalidade.

Os homens e mulheres da Comissão de Ambiente e Defesa da Ribeira dos Milagres, de que não conheço nenhum, ou melhor ainda, a população dos Milagres, terra a que nunca fui, merecem não ficar sozinhos porque não aceitaram a inevitabilidade de serem vítimas.

Mais:

O seu protesto, cuja razão é inequívoca, é também o símbolo de maior ilegalidade de uma certa visão da actividade económica típica de um país atrasado, permite subsistir. Tudo aquilo que não nos permite saltar em frente, verifica-se neste pequeno caso, um entre muitos. Se ajudarmos a que não fique impune, melhoraremos o nosso país.

Acabei de ler, excertos de um texto de Julho de 2005. Foi escrito por alguém insuspeito, pelo menos do ponto de vista político, que é destacado elemento do PSD. Não o usamos aqui como uma arma de arremesso político, muito longe disso. Estamos a usá-lo como importante texto de denúncia com a qual concordamos e subscrevemos na íntegra, de um cidadão que por acaso é uma das figuras mais notáveis da política portuguesa, das mais polémicas também, que é o Dr. Pacheco Pereira. O mais triste do assunto, é que este texto de Julho de 2005, poderia ter sido escrito em Setembro de 2008 que manteria a sua actualidade.

Por isso perguntamos, à Câmara Municipal, o que está a ser feito para que o problema seja resolvido. À Junta de Freguesia dos Milagres, que tipo de apoios têm recebido, tanto da autarquia como do Ministério do Ambiente, e que iniciativas têm tomado e que pretendem implementar para a resolução do problema. Que tipo de



medidas foram tomadas para a responsabilização dos infractores – empresas responsáveis pelas descargas.

Temos que ter uma actuação efectiva na resolução deste problema, que ultrapasse desta vez o plano das meras boas intenções. Pretendemos também, propor à Assembleia Municipal, a realização de um debate aberto, sobre o problema da ribeira dos Milagres, que envolva especialistas da área do ambiente, as organizações de defesa do ambiente operativas no distrito, a Comissão de Defesa da Ribeira dos Milagres, as autoridades municipais concelhias e os representantes do Ministério do Ambiente.

Estamos certos, que se não agirmos com firmeza tudo ficará como está. Fartos de promessas estamos nós, vamos então dar as mãos e fazer.

Uma nota final.

Achamos bastante positivo, os marcos elucidativos sobre os edifícios mais importantes da cidade que a Câmara tem espalhado por ela. Não seria possível, com menor aparato, colocar elementos das árvores mais importantes do jardim e do passeio junto ao rio, de modo a todos irmos aprendendo as suas origens e os seus nomes?

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado senhor deputado.

Agora o senhor deputado Francisco Francisco.

DEPUTADO FRANCISCO FRANCISCO (CDS/PP)

Senhora Presidente da Câmara, senhores deputados, caros colegas.

O CDS/Partido Popular, congratula-se com o convite que foi dirigido pelo Governador Civil de Leiria a todas as forças políticas aqui representadas no sentido de aderirem à campanha “Solidários até à Medula”, que com nobres objectivos pretende a sensibilização da população e a angariação de potenciais dadores de medula.

Considera ainda louvável que todos os partidos políticos com assento nesta Assembleia Municipal, tenham aderido prontamente a este chamamento. Assim, por considerar tratar-se de uma iniciativa de luta pela vida, independentemente da raça, religião, credos ou políticas, e sobretudo nesta fase em que a solidariedade cada vez mais generalizada se refugia numa resposta de elevada consciência pública, e ainda porque pensamos que é nosso dever enquanto cidadãos, entregar a nossa solidariedade a campanhas que tal como esta, ajudam a mitigar o sofrimento



daqueles que muito padecem com doenças tão graves, como a leucemia e outras neoplasias, apelamos a todas as senhoras e senhores deputados, à população leiriense e a todas as instituições e empresas deste Concelho, para que se associem a esta manifestação de solidariedade, que culminará com o registo de potenciais dadores de medula óssea, no dia 22 de Novembro, nos Bombeiros Municipais de Leiria. Tenho dito!

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado.

Tem a palavra o senhor deputado Carlos Guerra Coelho.

DEPUTADO CARLOS GUERRA COELHO (PCP)

Carlos Guerra, PCP.

Boa noite senhor Presidente, senhora Presidente, senhores vereadores, senhores deputados.

Vou focar dois temas, um que vem descrito no relatório da senhora Presidente mas como na altura não pode haver discussão sobre o mesmo, vou aqui tecer alguns comentários e propor uma moção.

No presente relatório da senhora Presidente sobre a actividade da Câmara, no período entre 27 de Junho a 26 de Setembro de 2008, refere-se que se procedeu à terceira fase de candidaturas ao QREN no âmbito do Eixo " Programa Nacional de Qualificação da Rede Escolar do 1º ciclo e pré-escolar". Mais adiante, informa-se que os centros escolares da Gândara dos Olivais/Marrazes, Touria/Pousos e Arrabal, obras em curso aquando do lançamento do programa, voltaram a ser candidatas após as respectivas correcções técnicas, uma vez que constam como prioridades das Carta Educativa. Contudo, e apesar de prioritárias na Carta Educativa e de parecer favorável por parte da DREC, o GEPE emitiu parecer desfavorável argumentando como intervenção não prioritária, e segundo o relatório, esta decisão contraria claramente o regulamento e a Carta Educativa. Foi pois, come estupefacção, que lemos e tomámos conhecimento desta situação.

Todos nos lembramos que, aquando da discussão da Carta Educativa, se dava como garantia e se pressionava para a sua aprovação o pressuposto de haver financiamento. Nas negociações com a DREC, a Câmara sujeitou-se a adequar aos critérios do Governo, a aprovação da Carta Educativa. Já na sessão de 29 de Abril



último, a senhora Presidente afirmava que na área da Educação, com a aprovação da Carta Educativa devemos ficar descansados porque temos ouvido em vários contextos o senhor Primeiro- Ministro dizer que para fazer centros educativos, não há-de faltar dinheiro no QREN. Afinal não é bem assim! Não podemos ficar descansados. Há Carta Educativa, há candidaturas, há parecer favorável da DREC, mas, surge um parecer desfavorável contrariando o regulamento que impede a aprovação desses apoios financeiros.

Não nos podemos deixar de manifestar contra esta atitude tomada pelo Ministério da Educação e exigir o cumprimento do regulamento tendo em conta que, nomeadamente o centro escolar da Gândara dos Olivais é de vital importância prioritária para o Concelho.

Neste sentido, apresentava a seguinte moção:

MOÇÃO

- 1. Considerando que no âmbito da Carta Educativa, foram apresentadas as candidaturas dos Centros Escolares de Gândara dos Olivais (Marrazes), Touria (Pousos) e Arrabal;*
- 2. Considerando que, apesar de classificadas como prioritárias na referida Carta e ter parecer favorável da DREC, foi emitido parecer desfavorável pelo GEPE com argumento de intervenção não prioritária;*
- 3. Considerando que esta decisão contraria o regulamento e a Carta Educativa;*

A Assembleia Municipal de Leiria, reunida em sessão ordinária em 26 de Setembro de 2008, delibera repudiar tal procedimento e exigir o cumprimento das referidas normas.

Tenho outro assunto que é relativo ao Pinhal de Leiria e à nova lei orgânica para o sector.

Em 2007 foi aprovada a lei orgânica da Direcção Geral dos Recursos Florestais. É com estupefacção que decorrido um ano e ainda, mal os novos dirigentes tinham entrado em funcionamento, o mesmo ministro venha agora anunciar uma outra lei, com justificação de que a estrutura organizacional da DGRF tem demonstrado grandes fragilidades e por não se adequar à capilaridade prevista no PRACE:

E ficamos apreensivos e preocupados com o disposto na nova lei, não só porque prevê a possibilidade da gestão privada do património florestal do Estado por parte de privados através de contratos de concessão, como também a coincidência



temporal entre a publicação da lei e as declarações de um dos responsáveis de uma empresa, das maiores consumidoras de madeira de eucalipto, ao jornal Expresso.

MOÇÃO

A Assembleia Municipal de Leiria, tomando conhecimento da possibilidade de gestão privada do património florestal do Estado, onde está inserido o Pinhal de Leiria, com todas as extraordinárias funções de protecção e estabilização das dunas, de criação de ambiente para o lazer de natureza e de riqueza para a economia local, associada à madeira de pinho:

A Assembleia Municipal de Leiria repudia tal eventualidade, tanto mais que foi a gestão pública de séculos que o trouxe até nós, sendo considerado cientificamente das melhores matas de pinho de todo o mundo.

A Assembleia Municipal de Leiria considera ser lesivo do interesse regional e nacional que a gestão do Pinhal de Leiria possa ser feita pelos interesses privados, nomeadamente pelas empresas de celulose, pois não queremos ver o Pinhal do Rei transformando em eucaliptal.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado.

Tem agora a palavra o senhor deputado João Cunha.

DEPUTADO JOÃO CUNHA (PSD)

Boa noite, João Cunha, PSD.

Cumprimento a Mesa, na pessoa do senhor Presidente, demais membros da Mesa, a senhora Presidente da Câmara e demais vereadores, inclusivamente os que estão no fundo da sala como habitualmente, cumprimento também os senhores deputados municipais, o estimado público e digníssima comunicação social.

Quero trazer aqui duas questões que me parecem pertinentes. Uma de alguma forma entronca com esta moção que o deputado do PCP acabou de trazer aqui, tem a ver com o pinhal. Eu penso que neste momento é importante, dada a relação que o Concelho de Leiria e nomeadamente a região têm com o pinhal, dar-se alguma atenção a esta matéria. E sob esse ponto de vista, gostava também de chamar a atenção e de perguntar à Câmara Municipal se tem alguma informação concreta sobre o impacto que a doença nematóide dos pinheiros está a ter na floresta da região. Na região existe um sector de madeiras que tem uma actividade económica muito importante, sob o ponto de vista ambiental e ecológico esta zona é



particularmente vulnerável, e portanto era importante saber se o Ministério da Agricultura e o Ministério do Ambiente têm dado ao Município as informações necessárias para se fazer o acompanhamento desta matéria, dada a sua importância. Naturalmente em relação à questão que foi aqui levantada pelo deputado do PCP, à possível privatização das matas nacionais e neste caso concreto aqui da mata do Pinhal d'El Rei, penso que deverá ser efectivamente solicitada informação mais consistente mas é uma preocupação que nos parece ser de acompanhar, dada esta relação que o pinhal d'El Rei tem aqui com a nossa região.

A outra questão que eu queria aqui deixar sublinhado era também uma palavra de solidariedade para as freguesias que estão a ser claramente fustigadas pelo abandono do Governo no que respeita à matéria de saúde. As preocupações aqui demonstradas hoje por alguns presidentes de Junta e penso que não é só apenas as freguesias destes presidentes de junta que aqui vieram, mas há de muitas outras, e tudo o que respeita à saúde é realmente de muita preocupação.

Há populações que chegam a ir às quatro da manhã tentar guardar lugar para serem atendidas, para poderem ter direito a um simples atestado ou a um simples receituário. Isto no século XXI, num país como o nosso, começa a ser impensável, mas isto corresponde a uma política de desinvestimento completo do Governo, nesta matéria. Mudou-se o ministro e pôs-se uma ministra para tapar o sol com a peneira, mas a política continua a ser do mesmo género. Continuamos a desinvestir, continuamos a fazer propaganda para encher o olho em muitas cerimónias, nomeadamente no hospital de Leiria, mas depois no que respeita ao serviço directo à população, nada se vê. E essa é uma marca de água que o Partido Socialista nos tem deixado nestes últimos tempos.

Também na área da segurança, ainda hoje aqui reuniu o Conselho Municipal de Segurança e tivemos o exemplo disso. Foi-nos aqui dito por exemplo, que viaturas distribuídas à GNR no perímetro que serve aqui a nossa área concelhia, são nove, que é uma manifesta falta de meios que as forças de segurança têm para responder digamos assim, às necessidades do nosso Concelho. Esta política que faz com que não se consiga acompanhar aquilo que se está a verificar em matéria de criminalidade e portanto é este desinvestimento que traz as pessoas inseguras, que traz as pessoas realmente preocupadas. A centralização que o Governo está a fazer na gestão do QREN, está a fazer canalizar grande parte dos investimentos para a região de Lisboa e Vale do Tejo, e para alguma coisa do grande Porto, deixando



praticamente o resto do país em completo abandono, nomeadamente o interior, levando a situações de desertificação.

É esta política que tem que ser aqui condenada e este exemplo que nós aqui temos na área da saúde mais uma vez reafirma a minha solidariedade com as populações e com os presidentes de junta, que é realmente de nos deixar bastante apreensivos.

Era apenas isto que queria dizer. Obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado senhor deputado.

Senhor deputado Luís Pinto, faça favor!

DEPUTADO LUÍS PINTO (PS)

Luís Pinto, Partido Socialista.

Cumprimento todos os presentes.

O Partido Socialista gostaria de propor que os diferentes grupos e a Assembleia pudesse aprovar aqui uma moção no sentido de felicitar as atletas Inês Nobre e Irina Rodrigues, da Juventude Vidigalense, que atingiram o título de campeões europeus, nomeadamente a Irina Rodrigues no lançamento do disco, que nos deve regozijar a todos e portanto penso que seria positivo que pudéssemos fazer este reconhecimento a estas duas atletas do nosso Concelho.

Uma breve nota em relação à intervenção do Bloco de Esquerda, no sentido de recordar alguns apontamentos.

Como o senhor deputado e melhor que ninguém, até pela sua profissão sabe, o Governo Civil de Leiria não tem competências para atribuir multas ou penalizar quem quer que seja. Depois é preciso dizê-lo, e estão aqui certamente muitos presidentes de junta, que são testemunhas daquilo que vou dizer.

O Governo Civil de Leiria tem, a pedido de diferentes Juntas de Freguesia, nomeadamente do norte do nosso Concelho, intermediado reuniões quer com o Secretário de Estado do Ambiente quer com a Guarda Nacional Republicana, precisamente para saber que acções é que poderão ser feitas no sentido de resolver. Nós associamo-nos às suas preocupações e de facto também nos indignamos por ao fim de tantos anos tão pouco ter sido feito, subscrevemos em grande parte a sua intervenção e as suas preocupações, mas não podemos deixar passar em claro não só a forma como extrapolou abusivamente e de alguma forma gozou com representantes de órgão de soberania sem sentido, e tentou fazer passar a ideia de



que poderia ter uma acção no âmbito de competências que não tem, e ao invés, o que se pode testemunhar é de facto esta acção e sobretudo há que sublinhar por iniciativa dos presidentes de junta daqui do Concelho de Leiria, que foram eles que tomaram iniciativa e que o Governo Civil intermediou, ao que julgo saber com pouca intervenção da Câmara Municipal, mas é preciso realçar aqui sobretudo o papel dos presidentes de junta.

Em relação às moções que aqui foram apresentadas pelo grupo do Partido Comunista, dizer que relativamente à questão da educação o grupo do Partido Socialista votará favoravelmente essa moção, naturalmente e até pela curta intervenção que fez e as poucas explicações que deu em relação à moção referente à intervenção e à possibilidade de privados poderem entrar na gestão das matas nacionais, nós não temos de facto informação que nos permita votar favoravelmente ou desfavoravelmente porque como sabem, e como acontece em muitas outras situações, nas estradas, etc., se houver aqui alguma incapacidade do Estado em gerir bem e continuar a acompanhar bem essa gestão porque não a presença de privados, não nos parece que seja de todo disparatado. E portanto, não podemos votar favoravelmente a sua moção, que aliás aparece com pouco conteúdo e com poucas explicações. Disse!

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado senhor deputado.

E finalmente o senhor deputado Carlos Poço.

DEPUTADO CARLOS POÇO (PSD)

Muito obrigado senhor Presidente.

Carlos Poço, do PSD.

Realmente há um assunto que nos tem preocupado e preocupa a todos, munícipes, Câmara Municipal, e todos em geral, que tem a ver com o PDM.

Já é um assunto recorrente, não está nas mãos da Câmara, a Assembleia Municipal não pode fazer nada, de maneira que eu vinha sugerir ou propor à Assembleia Municipal, que fosse criada uma comissão para nos envolver mais. Essa comissão poderia ser constituída quer por representantes da Assembleia Municipal, por um representante de cada partido com assento na Assembleia, quer por um representante da Câmara Municipal, quer por representantes da ANAFRE, por associações empresariais, nomeadamente o NERLEI e a ACILIS, e por um



representante do Ministério da Economia, para que possamos dar algum contributo junto do Ministério do Ambiente que é quem tutela esta matéria, para sensibilizar, pressionar, fazer aquilo que estivesse ao nosso alcance, no sentido de agilizar os mecanismos que têm sido cada vez mais complicados. Quase todos os meses sai legislação não no sentido de facilitar mas no sentido de criar mais barreiras e mais complexidades ao sistema, e não vemos fim a esta revisão do PDM. Segundo as últimas informações que temos, a última legislação poderá obrigar a um adiamento por mais cerca de dois anos qualquer decisão nesta matéria.

Por isso, porque é uma matéria que interessa a todos os cidadãos, eu propunha que se criasse esta Comissão que envolve todos, ficaremos todas a conhecer com mais detalhe o problema junto do Ministério do Ambiente e talvez pudéssemos dar através desta comissão um contributo para a agilização do processo.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado senhor deputado.

Tem agora a palavra a senhora Presidente da Câmara para esclarecer.

Oh senhor deputado Arlindo Pereira, peço desculpa mas não há direito de resposta nestas situações. Estamos há duas horas e meia nesta reunião e não chegámos ao período da ordem do dia. Faça favor senhora Presidente.

PRESIDENTE DA CÂMARA (ISABEL DAMASCENO CAMPOS)

Muito obrigada senhor Presidente.

Eu queria começar por fazer algumas considerações relativamente às preocupações que os senhores Presidentes de Junta trouxeram aqui, em relação ao funcionamento das extensões de saúde e vou fazer apenas a minha análise.

Eu penso que se a situação agora é grave, e já começa a ser grave nalgumas Freguesias, a tendência é ser pior no futuro. O que se tem passado é que a matéria-prima é sempre a mesma (diga-se médicos) e entretanto o que acontece é que têm encontrado imensas soluções, criações de unidades de saúde familiar, etc., e os médicos vão sendo transferidos das extensões de saúde para essas unidades de saúde familiar, ficando as extensões de saúde sem médicos. Isto é a realidade.

Não há médicos e não conseguem arranjar médicos e esta é uma situação dramática que tende, sem dúvida nenhuma, a agudizar-se no futuro. Para além disso, a verdade é que nós estamos a assistir no País, e aqui em Leiria não é excepção, a um número significativo de médicos (e não são tão poucos quanto isso) que estão a sair



do serviço público para o privado a toda a hora. E portanto, se já não há a dita matéria-prima para resolver o problema, se todos os dias estão a sair, eu prevejo como muito preocupante o futuro das nossas extensões de saúde e apenas deixava aqui esta preocupação. Nós temos alguém aqui que sabe disto muito mais do que eu, sem dúvida nenhuma, mas é aquilo que eu sinto e sobretudo o que eu sinto é a impotência dos responsáveis quer locais quer regionais, diga-se responsáveis dos centros de saúde e da própria ARS Centro, por muita boa vontade e entendimento que tenham, é a incapacidade e a impotência de resolver o problema porque não têm matéria-prima. E com a mesma matéria-prima andam a encontrar soluções de reformas, nomeadamente as unidades de saúde familiar, que de certa maneira são interessantes, mas só que os médicos que vão alimentar essas unidades de saúde familiar saem das extensões de saúde.

Era apenas este lamento, porque prevejo um futuro muito pouco risonho na área da saúde no País e naturalmente o concelho de Leiria não é excepção.

Só duas ou três notas relativamente à intervenção do senhor deputado Domingos Carvalho.

Dizer-lhe que vamos ver o que é que a E.P. poderá fazer em relação àquela questão da ponte da Gândara/Amor, porque é uma estrada que não é municipal como é sabido, e portanto temos aí que exercer a nossa influência denunciando a situação, pedindo-lhe que seja estudada uma solução de melhoria. Apenas clarificar que não é nossa a estrada.

Relativamente à rua da Tipografia Mendes Barata, dizer-lhe que tem toda a razão. Já foram notificados os proprietários para resolver o problema.

Porque é que se fez aquela situação provisória? Porque se previa uma resolução a curto prazo, para um contencioso existente entre os proprietários e um inquilino que ainda lá existe. E como se previa que esse contencioso se viesse a resolver, entendemos que não valia a pena estar ali a fazer grande estrutura, porque há vontade do proprietário, isto é, o proprietário tem o prédio vendido a um terceiro que tem para lá um projecto e que quer de imediato começar a fazer. Única e simplesmente ainda não há resolução. Como nós estamos a perceber que essa resolução não terá um fim à vista, temos que resolver o problema.

A rua Cardoso e Cunha no Vale da Cabrita: eu pensei que já estava resolvido, já não passo ali há um tempo. Antes de férias passei e não estava lá o tal caminho que diz, estava a anterior estrada e portanto não pode ser. Tem toda a razão, temos que



tomar medidas e agradeço que nos denunciem esses pormenores que vão acontecendo um pouco pela cidade.

Em relação à intervenção do senhor Presidente de Junta de Regueira de Pontes, com certeza que tem as suas queixas como terão as outras Juntas de Freguesia. Ninguém é perfeito, ninguém satisfaz as necessidades de um momento para o outro.

As queixas são abrangentes, senhor deputado, não é só Regueira de Pontes. Com certeza que todos terão razão, porque se calhar já pediram um sinal e não foi fornecido, não tenho dúvida nenhuma. Mas agradecia que o senhor Presidente da Junta fosse informado e nós podemos informá-lo, sobre os apoios às instituições da Freguesia, porque referiu ali pelo menos dois, que eu tivesse tomado nota, nomeadamente à Filarmónica e ao Centro Social, e ambas as instituições já receberam apoios da Câmara não tão pouco significativos quanto isso, ou seja, receberam apoios significativos da Câmara como recebem as instituições, as colectividades e as associações. A Filarmónica de Regueira de Pontes/Chãs, tem umas instalações dignas de serem vistas. Também é bom anunciar-se, senhor Presidente da Junta de Regueira de Pontes, da mesma maneira que o senhor Presidente da Junta do Arrabal veio aqui fazer uma exposição que enalteceu tudo de bom lá na Freguesia do Arrabal e nós sabemos que há, aquilo que de bom há lá na Freguesia de Regueira de Pontes, sendo que uma das coisas é as instalações que são, na minha opinião, as melhores do Concelho que uma filarmónica tem. Portanto, há muitas coisas boas em Regueira de Pontes, com certeza que não será tudo e com certeza que muita coisa terá de ser feita.

Relativamente à intervenção do senhor Presidente da Junta do Coimbrão, uma nota prévia.

Estava hoje um bocadinho baralhado com os anos e com as datas, porque referiu que o PDM estava em revisão há catorze anos. Sabe que foi solicitado o início de revisão do PDM já depois de nós estarmos na Câmara: para si pode parecer que já foi há catorze anos mas ainda só foi há onze anos. E foi nessa altura que se iniciou a solicitação de pedido de revisão do PDM e que não foi de imediato autorizado. Aliás, o senhor lembra-se de nós os dois até em determinada altura, numa visita de um Secretário de Estado do Ambiente a Leiria, depois de já termos pedido para iniciarmos o processo de revisão e não ter sido autorizado, lá termos ido pedir. Já fomos os dois que fizemos isso.



E portanto é só para corrigir, sendo que em relação aos pormenores do PDM depois o senhor vereador Fernando Carvalho dará essas informações importantes para entendermos as vicissitudes de uma revisão de PDM. E eu gostava que o senhor Presidente da Junta me dissesse, e a esta Assembleia, quais são os Municípios que começaram a revisão do PDM depois de nós e que já está revisto. Eu gostava! Mas não há!

Os processos de revisão dos planos, quer seja dos planos novos quer seja revisões, neste País é algo que eu já disse várias vezes nesta Assembleia, que desmotiva qualquer pessoa iniciar, porque a verdade é que o processo de revisão do PDM tem-se confrontado, como aliás disse há pouco o senhor deputado Carlos Poço aqui na sua intervenção, com uma saída sucessiva de legislação, que quando nós nos aproximamos da fase final surge uma nova legislação. E a última legislação que saiu foi em Setembro, faz agora um ano, é um plano estratégico ambiental. Não havia conhecimentos nenhuns de como se elaborar, não havia entidades no País que soubessem fazê-lo e posso-lhe dizer que nós fomos a primeira Câmara a fazê-lo. Todas as Câmaras do País o estão a fazer, porque essa legislação tem efeitos retroactivos, aplica-se a quem já estiver em revisão. E neste momento está a ser feito este plano.

Devo dizer-lhe que eu, numa oportunidade numa intervenção pública, junto do senhor Ministro do Ambiente e do senhor Secretário de Estado, disse-lhes que era inconcebível que nós nunca mais conseguíssemos resolver o problema. Nem nós nem os outros colegas, numa reunião onde estavam todos os Presidentes de Câmara da Região Centro, em que todos fizemos coro e eu compreendi a resposta do senhor Secretário de Estado do Ordenamento do Território que disse que eu tinha toda a razão, só que estavam a aplicar aquela legislação que tinha saído porque era uma directiva comunitária, que tinham estado a esticar até ao limite para aplicar, quando começaram a receber observações de Bruxelas. Portanto, eu acho que as coisas devem ser ditas com rigor e sem demagogia. Eu até lhe podia ter dito que a culpa era o Governo dele, mas com certeza que o senhor Secretário de Estado também não teve prazer nenhum em aplicar uma lei daquelas, com efeitos retroactivos, a complicar o processo de revisão dos PDM's praticamente do País todo. Ele disse que não queria mas foi obrigado, porque todos nós sabemos que há muitas leis que saem no País que são obrigações de Bruxelas. E neste caso concreto foi uma lei



comunitária que obrigou efectivamente a mais um atraso na revisão do PDM. Mas isto é o somatório de uma panóplia de coisas que saíram pelo meio.

Mais uma nota de baralhação de datas relativamente ao que disse sobre o Centro Escolar.

Com certeza que por si poderá ter sido pensado há vinte anos, não digo que não senhor deputado, pensou nisso. O que eu digo é que quem comprou o terreno para o instalar fomos nós. Naturalmente compreendendo que é uma necessidade da Freguesia, comprou-se o terreno e fez-se o projecto. O senhor sabe quais foram as voltas que o projecto teve que dar e neste momento está devidamente informado sobre qual é o ponto de situação do assunto, sabendo com certeza que para nós é um projecto prioritário, está dito isso na Carta Educativa. E este, ao contrário dos outros, até tem parecer favorável do GEPE, portanto temos condições de avançar com ele em termos de candidatura de financiamento.

Só mais uma nota que registei: se para si é preocupante para nós também, tentaremos saber junto do Ministério do Ambiente o que é que se passa com a Lagoa da Ervedeira. Se efectivamente esses receios seus, com certeza que o senhor vê isso mais amiudadamente que nós, têm alguma razão de ser com essas ligações, acho que devemos em conjunto, Junta de Freguesia/Câmara Municipal, fazer uma exposição ao Ministério do Ambiente a chamar a atenção, porque como sabe é algo que não é da nossa jurisdição nem da nossa responsabilidade directa. Aliás hoje, houve várias intervenções que devem ter sido fundadas na intervenção daquele senhor que veio cá falar sobre a recolha de resíduos, que baralha um bocadinho as competências. Às tantas já não sabemos o que é que é da competência da Câmara ou da Assembleia Municipal, ou da Junta de Freguesia e fica tudo baralhado.

Quando ouvi a intervenção da senhora deputada Manuela Santos e percebi que era sobre o PDM, na minha cabeça fiquei muito contente e pensei que tínhamos aqui um conjunto de soluções, de ideias, de propostas concretas e objectivas que nos ajudariam a cumprir aquilo que com certeza os senhores querem, que nós queremos e que os leirienses querem. Mas chego ao fim e espremo e aquilo tudo espremido não deu nada. Foi um conjunto de lugares comuns, de generalidades, sem nada de concreto e objectivo. E mais, com demagogia, fazendo de propósito para desconhecer aquilo que se tem feito e muita coisa se tem feito. Muita coisa! Perguntar se é tudo o que a gente quer? Não é, toda a gente sabe e eu já disse aqui variadíssimas vezes. Por isso é que eu pensei, se o tema era PDM era para dizer



coisas novas, é para ajudar a resolver problemas. Toda a gente sabe que nós temos aqui um conjunto de problemas, entre eles um que eu acabei agora de referir, a Tipografia Mendes Barata, de situações em que até os próprios proprietários querem fazer obras. Não precisa de haver aqui nenhuma notificação coerciva, da Câmara ficar com as propriedades, nada disso, porque os proprietários querem fazer obras e são várias e diversas as situações que nós temos.

E porque é que os proprietários não fazem? Porque têm problemas complicadíssimos com inquilinos, vão para tribunal e os inquilinos não saem. E isto é um multiplicar de situações no Centro Histórico, sendo certo que o conjunto de projectos que se vão resolvendo no Centro Histórico é visível. E é uma injustiça muito grande e só se compreende por aquilo que o senhor Presidente da Assembleia disse no início da sessão, só pela altura em que nós estamos é que compreendemos que não se faça justiça de que muita coisa tem sido feita. Deve dizer-se.

Outra inverdade!

O QREN não é um programa do Governo. O QREN é um programa comunitário e é muito grave dizer-se aqui que o QREN é um programa do Governo. Desde quando?

O QREN é um programa comunitário a que todos temos direito, os Municípios, os cidadãos, as empresas, etc. E portanto, quando a autarquia de Leiria foi contemplada, e na Região Centro foram apresentadas cento e quarenta candidaturas ao QREN para a reabilitação urbana e nós fomos um dos quatro Municípios que foram seleccionados, é porque há um conjunto de projectos e propostas correctos. E porquê? Não foi porque o Governo achou que nós merecíamos, foi porque a nossa candidatura tinha sustentação e tinha qualidade, portanto, não se venha aqui fazer demagogia relativamente ao Centro Histórico.

Se dissesse que há muita coisa para resolver, com certeza que há, e que nós estamos aqui para ajudar no que for preciso, isso era realmente na minha opinião uma atitude mais construtiva e sem demagogia, porque os cidadãos estão cheios da demagogia. E quando há bocado se ouviu aqui dizer que os cidadãos cada vez menos respeitam as instituições públicas e os políticos, é por causa da demagogia e da falta de verdade. Não tenho dúvida nenhuma.

Relativamente à intervenção do senhor deputado Vitorino Vieira Pereira.

Mais uma vez o problema dos cidadãos e da falta de civismo.



Eu devo-lhe dizer que fui a semana passada dar a volta que o senhor referiu e todas as situações que o senhor aqui referiu, das faltas de tampas das caixas de rega, etc., está tudo resolvido. Isto foi na sexta-feira da semana passada.

Se o senhor me disser que vai lá amanhã ou eu vou lá amanhã e já faltam duas ou três caixas de rega e já faltam duas ou três árvores, não me admiro nada. É uma luta constante, e não digo ingloria porque ainda não a considero ingloria, tem que ser permanente, mas garanto-lhe que sexta-feira passada eu tinha dado ordens expressas. Eu sou uma frequentadora habitual da zona Polis, quer para um lado quer para o outro, e ando a anotar com um caderninho todas as falhas que encontro para ter a ideia. No dia seguinte, vai um mail do meu gabinete para os serviços, para irem pôr a caixa de rega e para corrigirem todas essas falhas. E tenho verificado que essas instruções vão sendo cumpridas, mas também tenho verificado que passado uma semana já falta lá outra. E portanto isto é muito complicado. Tem razão, a mim também me incomoda muito porque é um investimento de qualidade, bonito, e sobretudo muito usado pelos leirienses e portanto todos temos que contribuir para que aquilo não se vá degradando. Nós respondendo e repondo as situações, e os cidadãos terem um bocadinho mais cuidado no tratamento daquele espaço.

Suinculturas!

É por isso que eu dizia há pouco que havia aqui uma baralhação de competências. Nós temos feito o nosso papel, naturalmente que sim. Todos sabemos que o processo é um processo complexo, é um processo que está a ser desenvolvido há uns anos largos, que tem o aspecto de ser inédito de certa maneira em Portugal, não há nenhuma outra solução, tem passado por variadíssimas vicissitudes, não tenho dúvida nenhuma, agora estou convicta que ele terá um fim. Até lá, tem toda a razão. Nós ainda hoje aqui na reunião do Conselho Municipal de Segurança solicitámos mais uma vez à GNR, até foi por um membro do seu partido e muito bem, para que ajam no local junto dos prevaricadores, que são permanentes. É uma vergonha para todos nós, tem toda a razão. Ninguém gosta de ver as notícias sobre as descargas, infelizmente aquilo já é tão repetitivo que eu acho que as pessoas já se esqueceram um pouco, o que é mau. E portanto temos é que não descreer completamente no projecto e todos em conjunto, também, tentarmos ajudar a resolver porque não é a Câmara que vai resolver, como não é o Governo Civil, com certeza que não. Aliás, a propósito dessa questão das suinculturas, e já agora fazendo a picada, porque o deputado Luís Pinto fez uma intervenção muito direitinha, depois tinha que vir com a



picada dele, já sabemos, as incumbências, os sermões, cada um fica com uma missão. Qual será a missão do Luís Pinto? A missão do deputado Luís Pinto era picar nas suiniculturas dizendo que a Câmara nada fez.

Eu devo-lhe dizer o seguinte:

Os senhores Presidentes de Junta em questão fizeram um pedido de reunião ao senhor Secretário de Estado, a expor-lhe a situação do incómodo perante o facto, e não nos deram conhecimento nenhum. Eis senão quando eu sou confrontada com o conhecimento de que o senhor Secretário de Estado do Ambiente vinha a Leiria receber os senhores Presidentes de Junta. O que é que eu fiz? Naturalmente pensei que se calhar seria bom a Câmara lá estar também presente, para dar o seu testemunho, falar de sua justiça, dizer o que já tinha feito, etc., etc. Fiz as minhas diligências e o que me foi dito do Governo Civil foi que a Câmara não estava convidada para essa reunião.

Senhor deputado Luís Pinto, a casamentos e baptizados só vai quem está convidado! Foi comigo, eu estava cá! Eu até podia fazer de conta, mas sabe que não é o meu género. Esta foi a história, pode confirmar com quem quiser.

Senhor deputado Vitorino Vieira Pereira, esqueci-me de uma coisa relativamente àquela identificação dos edifícios que está a ser espalhada pela cidade, também vão ser nessa zona que o senhor referiu.

Centro Educativos – intervenção do senhor deputado Carlos Guerra.

Subscrevo totalmente! Eu acho que é um engano, porque se nós aprovámos aqui a Carta Educativa, dissemos quais eram as prioridades da Carta Educativa, a prioridade número um era acabar com os desdobramentos e depois encerramento de escolas. Se nós temos estes Centros Educativos e um dos objectivos que ele cumpre é acabar com os desdobramentos, se tem parecer favorável da DREC, se nós fizemos as correcções de acordo com aquilo que nos era exigido, é inqualificável o parecer do GEPE, a dizer que não tem condições. É inqualificável! Nós já reclamamos é evidente, era o nosso papel, aguardamos o desfecho dos acontecimentos, mas aquilo que disse subscrevo totalmente. Este País é assim, há sempre um organismo não sei aonde, que não tem a mínima noção da realidade, nenhuma, e que resolve dar estes pareceres perfeitamente infundamentados sem qualquer tipo de explicação.

Eu espero que esta Assembleia aprove a sua proposta, eu espero, porque nos dá força, era um aconchego para nós irmos junto do GEPE dizer que achamos isto uma injustiça inqualificável, e gostaria muito que fosse aprovada por unanimidade, porque



isto é como o senhor diz e muito bem, por um lado temos o senhor Primeiro-Ministro que diz que há dinheiro para todos os Centros Educativos, mas depois há um organismo qualquer do Ministério da Educação que corta os pareceres e isto significa que não há financiamento. Portanto, é uma maneira indirecta de ir resolvendo alguns problemas de falta de financiamento. Eu acho isto incrível e digo que estou revoltadíssima com esse facto e portanto subscrevo completamente.

Por último, relativamente à intervenção do deputado João Cunha, nós não temos nenhuma informação sobre eventual doença dos pinheiros, podemos tentar perguntar. Assim como não temos nenhuma informação relativamente à pseudo privatização das matas nacionais.

Senhor Presidente, o senhor vereador Fernando Carvalho vai completar algumas das coisas que eu referi.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado senhora Presidente.

Faça favor senhor vereador.

FERNANDO CARVALHO (VEREADOR DO PELOURO DO PLANEAMENTO E OBRAS MUNICIPAIS)

Boa noite!

Fernando Carvalho, Vereador!

Só em complemento do que disse a senhora Presidente em relação a dois ou três assuntos, queria dizer o seguinte.

Relativamente ao que disse o senhor Presidente da Junta do Coimbrão e naquilo que se referiu ao Plano Director Municipal, já aqui por diversas vezes eu fiz intervenções explicando todo o desenrolar do processo. E não pode uma vez mais ficar a ideia de que é por culpa do Município que o PDM nunca mais chega ao fim, não pode ficar essa ideia. Já aqui foi dito também pela senhora Presidente, que sempre que o PDM está em condições de obter pareceres, e isso já aconteceu por diversas vezes, há vários anos que toda a cartografia produzida está estabilizada e que se aguardam pareceres das entidades que compõem a Comissão do PDM, sai uma nova legislação. Esta legislação que saiu e que a senhora Presidente já explicou, da avaliação ambiental estratégica, saiu faz agora um ano. Não havia experiência alguma nem se sabia quem é que poderia fazer esses estudos, fomos o primeiro Município do País porque de imediato começámos a movimentar-nos nos corredores das universidades,



para saber quem é que teria competências adequadas para desenvolver o estudo e fomos a primeira entidade municipal que conseguiu contratualizar esse estudo. Esse estudo está em pleno desenvolvimento, recebo variadíssimos telefonemas de câmaras municipais que querem os contactos da universidade e dos técnicos que estão a desenvolver o estudo para também eles próprios pedirem propostas, e agora o que é que está a acontecer? O estudo está a ser desenvolvido, foi produzido o primeiro relatório que são os factores críticos para a decisão, mas até o processo chegar ao fim, só da avaliação ambiental estratégica, eu estou plenamente convencido que significará um atraso na revisão do PDM de cerca de dois anos, um deles já passou. E portanto face a esta situação, nós sentimo-nos de facto impotentes e isso tem que ser aqui registado senhor Presidente.

Em relação àquelas duas observações que fez de que há obras que foram feitas recentemente e depois vão ser alteradas. Não deixa de ter alguma razão! Como é evidente, ninguém gosta de investir e depois logo a seguir alterar. Comungo dessa sua preocupação, mas atendemos nas duas situações que referiu.

A rotunda dos paralelos, foi uma rotunda que foi desenhada pelos arquitectos paisagistas. Foi feita pelo concessionário do parque e portanto sem qualquer investimento por parte do Município. E passado algum tempo, foram-me chegando opiniões de muitos cidadãos que não gostavam, nós também tínhamos algumas opiniões favoráveis e chegámos à conclusão que deveríamos fazer ali um pequeno investimento de embelezamento, feito pelos serviços municipais, e portanto a custo baixíssimo. Está lá um relvado com umas flores e pensamos nós que é uma solução mais aprazível em termos paisagísticos.

Em relação ao Rossio de Leiria e substituição do pavimento.

Como sabem, na génese daquele projecto esteve um princípio de que aquela artéria iria ser pedonalizada. Foi essa a convicção inicial do executivo camarário e não só, digamos até com uma perspectiva alargada de muitos cidadãos. Entretanto o projecto foi desenvolvido, os arquitectos fizeram o seu trabalho e o projecto foi construído. E portanto aquelas faixas de pedra que ali estão foram, digamos, instaladas com a convicção de haver possibilidade de uma sã convivência entre peão e automóvel. O que é que se verificou passado um tempo? É que de facto, os peões atravessavam em qualquer sítio e os automobilistas não tinham o devido cuidado com os peões. E portanto, face a esta situação, eu próprio disse na reunião de Câmara de alguns meses atrás, a Câmara não podia ficar insensível a esta situação.



Nós não podíamos ficar impávidos e serenos à espera que acontecesse um atropelamento ou um acidente. O que vai acontecer na próxima semana, é que aquelas lajetas vão ser substituídas por passadeiras. É evidente que isso representa algum investimento municipal, mas achámos e estamos convictos, que é a melhor solução.

Só uma nota para o senhor Presidente da Junta de Regueira de Pontes.

Senhor Presidente, toda a gente percebeu aqui e não precisava pedir desculpa ao senhor Presidente da Junta do Arrabal, nem à população do Arrabal. Toda a gente percebeu aqui que o seu alvo era o vereador Fernando Carvalho.

Penso que tem todo o direito de fazer críticas à minha acção ou de qualquer outro vereador, quando faz um milhão de pedidos e só alguns deles são atendidos. Com os seus colegas Presidentes de Junta é a mesma coisa, não é possível atender a todos os pedidos. Agora, a forma como o fez, parece-me que foi incorrecta porque fez crer às pessoas que havia uma actuação diferenciada da minha pessoa em relação à Freguesia onde resido e as outras Freguesias, o que é incorrecto. É falso, é desadequado, porque nunca o fiz neste mandato e nunca farei. Em qualquer altura estarei disponível para ir a qualquer Junta de Freguesia, ainda ontem fui convidado para ir à Junta da Carreira e fui lá hoje às quinze horas. Nunca faltou diálogo nem nunca faltará até ao fim do mandato.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado senhor vereador.

Eu lamento senhores deputados mas nós não podemos abrir mais excepções. O Regimento que tantas vezes serve para se escudarem diz no máximo sessenta minutos antes da ordem do dia, nós vamos já com cento e vinte e três minutos, não é possível. Peço desculpa mas não é possível. E ainda não acabámos porque temos quatro moções e um voto de regozijo para votar.

E por isso eu peço a vossa compreensão mas não é possível a Mesa permitir que continuemos assim, sob pena de termos que alterar o nosso sistema de funcionamento e como estamos perto da meia-noite, nós suspenderemos os trabalhos e convocamos para amanhã à noite, à mesma hora.

Vamos proceder de imediato à votação, sem mais discussão, destas moções.

Senhora deputada Manuela Santos, a Mesa não considera e penso que ninguém aqui considera, que há situação de defesa da honra nesta questão. Eu peço desculpa!



E devo dizer mais uma coisa! Nós temos que estudar para as próximas reuniões um mecanismo de intervenções. Não é aceitável que os senhores deputados venham para aqui ler documentos de seis páginas. Nós vamos limitar. Havia quinze inscritos, tínhamos uma hora, eram quatro minutos para cada um, a Mesa foi mais do que benevolente, mas não é possível continuar a fazer isto. Eu chamo a atenção para o artigo 16º, que rege o período de “antes da ordem do dia” e nós temos que ser um pouco mais disciplinados em relação a isso.

Vamos começar pelo voto mais simples, que é o voto de regozijo apresentado pelo senhor deputado Luís Pinto, em relação aos resultados alcançados em provas europeias pelos nossos atletas.

Há alguém que vote contra?

Alguém se abstém?

A Assembleia Municipal de Leiria delibera por unanimidade e aclamação aprovar o voto de regozijo e felicitar as atletas Inês Nobre e Irina Rodrigues da Juventude Vidigalense, pela conquista do título alcançado na Taça dos Campeões Europeus de Atletismo, realizada na Bélgica.

De seguida e pela ordem que foram apresentadas, temos a moção do senhor Presidente da Junta de Freguesia da Azoia, que diz respeito à questão dos serviços de saúde.

A senhora Presidente referiu-se a mim. Enfim, eu tenho há muito tempo dito aquilo que penso sobre este assunto, não há falta de médicos em Portugal, os médicos não estão bem distribuídos e não estão bem distribuídos por causa das políticas seguidas pelos vários Governos, de um lado e do outro, que fazem com que o Serviço Nacional de Saúde, de batalha em batalha, vá rapidamente se aproximando para o fim com perda da guerra. E ainda ontem, num almoço de debate para o qual eu fui convidado pela Fundação Inês de Castro, em que tive o prazer de discutir isto com o Dr. António Arnaud, que é por todos reconhecido como o pai do Serviço Nacional de Saúde. É uma coisa que me entristece muito, eu tenho lutado para conseguir uma melhoria da situação mas não é possível. De todo o modo, se esta moção for aprovada, eu farei questão de a levar pessoalmente ao Dr. João Pimentel, Presidente da ARS.

“- Considerando que o serviço de saúde, pela implicação que tem na qualidade de vida das pessoas, constitui uma das principais prioridades dos serviços que o Estado deve prestar aos cidadãos;



Considerando que nas últimas décadas foram construídas extensões de saúde pelas diversas freguesias, na maior parte dos casos através de e em património das freguesias, em estreita colaboração com a ARS.

- Considerando que na generalidade, o serviço aí prestado vinha satisfazendo as respectivas populações;

- Considerando que nos últimos meses a qualidade deste serviço tem vindo a degradar-se, principalmente devido à carência de recursos em termos profissionais médicos, atingindo grande gravidade nos meses de Verão;

- Considerando que algumas freguesias devido à distância à cidade (portanto aos dois Centros de Saúde e ao Hospital Distrital) e devido à sua numerosa população idosa, na maioria dos casos sem meios de transporte, ficam as suas populações condicionadas e sem alternativa;

- Considerando que tudo isto causa graves prejuízos às populações rurais do Concelho que em muitos outros sectores já estão penalizadas;

- Considerando que a prestação de saúde a todos os cidadãos está consagrada na Constituição da República Portuguesa:

A Assembleia Municipal de Leiria, reunida no dia 26 de Setembro de 2008, repudia totalmente a saída de profissionais médicos e restantes recursos humanos sem a respectiva e imediata substituição nas extensões de saúde do Concelho de Leiria.

Há aqui certamente umas vírgulas a colocar, que poderemos fazer depois sem alterar o texto significativamente, e portanto eu coloco esta moção à votação.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

A Assembleia Municipal de Leiria delibera aprovar por maioria, com duas abstenções, a presente moção.

A segunda moção traz-me algumas dificuldades porque o senhor Presidente da Junta da Bidoeira fez a sua intervenção e fê-la chegar à Mesa por completa e considera como sendo um requerimento feito em duas páginas. Eu pergunto-lhe se os seus anseios e o seu requerimento não estão satisfeitos por esta moção? Aquilo que eu sugiro é, se aceitar, a sua intervenção acompanhar a carta que entrega a moção Está correcto assim? Pronto!

O senhor António Passadouro considera que a moção já aprovada satisfaz em grande parte as suas pretensões. É prerrogativa da Mesa, o Presidente da Assembleia fazer chegar informações de interesse. Isto é público. Vai ser veiculado na comunicação



social, e por isso eu não vejo que haja algum impedimento, a não ser que a Assembleia não me autorize a levar esta informação, porque parece-me que o pedido se confina no mesmo objectivo, expressa os mesmos anseios, naturalmente noutros termos. Se o senhor Presidente da Junta assim o entender, poderemos votar este requerimento.

Eu posso explicar: A parte da intervenção que é requerimento, no último parágrafo, está exactamente dentro do espírito da moção que foi anteriormente aprovada. Simplesmente acrescenta-lhe argumentos que eu fazia chegar lá, mas se querem eu coloco à votação.

Quem é quer que eu faça chegar esta carta como documento de apoio ao senhor Presidente da ARS?

Alguém se opõe?

Alguém se abstém?

A Assembleia Municipal de Leiria delibera por unanimidade aprovar.

Temos agora as moções apresentadas pelo senhor deputado do PCP, Carlos Guerra Coelho:

- 1. Considerando que no âmbito da Carta Educativa, foram apresentadas as candidaturas dos Centros Escolares de Gândara dos Olivais (Marrazes), Touria (Pousos) e Arrabal;*
- 2. Considerando que, apesar de classificadas como prioritárias na referida Carta e ter parecer favorável da DREC, foi emitido parecer desfavorável pelo GEPE com argumento de intervenção não prioritária;*
- 3. Considerando que esta decisão contraria o regulamento e a Carta Educativa;*

A Assembleia Municipal de Leiria, reunida em sessão ordinária em 26 de Setembro de 2008, delibera repudiar tal procedimento e exigir o cumprimento das referidas normas.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

A Assembleia Municipal de Leiria delibera aprovar por maioria com uma abstenção a presente moção.

O senhor deputado Domingos Carvalho vai fazer uma declaração de voto.

DEPUTADO DOMINGOS CARVALHO (CDS/PP)

Domingos Carvalho, CDS/Partido Popular.



É basicamente para que fique registado em acta, que este meu voto favorável é puramente instrumental, porque fica inequivocamente claro que não é a iniciativa privada a única a contribuir para as desgraças deste País, parece que o próprio Estado também contribui em muito para enormes desgraças neste País.

Isto tem a ver com a moção que vamos votar a seguir, que obviamente votarei contra, em que é posta em causa a capacidade de gestão da iniciativa privada no bem de Portugal. E eu não admito a ninguém que possa dizer isso, porque eu sou um empresário neste País e portanto pôr em causa a iniciativa privada neste País é grave. A seguir vamos ouvir a próxima moção e é posta em causa a capacidade de fazer bem pelo País da iniciativa privada. Por isso o meu voto é puramente instrumental.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado senhor deputado.

Vamos à última moção.

“A Assembleia Municipal de Leiria, tomando conhecimento da possibilidade de gestão privada do património florestal do Estado, onde está inserido o Pinhal de Leiria, com todas as extraordinárias funções de protecção e estabilização das dunas, de criação de ambiente para o lazer de natureza e de riqueza para a economia local, associada à madeira de pinho:

A Assembleia Municipal de Leiria repudia tal eventualidade, tanto mais que foi a gestão pública de séculos que o trouxe até nós, sendo considerado cientificamente das melhores matas de pinho de todo o mundo.

A Assembleia Municipal de Leiria considera ser lesivo do interesse regional e nacional que a gestão do Pinhal de Leiria possa ser feita pelos interesses privados, nomeadamente pelas empresas de celulose, pois não queremos ver o Pinhal do Rei transformado em eucaliptal.”

Quem vota contra esta moção?

Quem se abstém?

A Assembleia Municipal de Leiria delibera rejeitar por maioria, com vinte e cinco votos contra, quatro votos a favor e vinte abstenções.

O senhor deputado Pedro Biscaia vai fazer uma declaração de voto.

DEPUTADO PEDRO BISCAIA (PS)

Muito obrigado senhor Presidente.



Muito brevemente dizer que votei contra, porque não me parece que esteja no âmbito desta Assembleia votar eventualidades ou notícias do jornal. Não há nenhum esclarecimento, a senhora Presidente da Câmara também mais uma vez disse que também não tem informação fidedigna do assunto, por isso mesmo acho desnecessária esta votação. Muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado senhor deputado.

Seguem-se mais duas declarações de voto. O senhor deputado João Cunha e a seguir o deputado Carlos Poço.

DEPUTADO JOÃO CUNHA (PSD)

João Cunha, PSD.

Eu abstei-me por uma razão muito simples, é que não dispomos ainda neste momento da informação completa sobre esta matéria, apesar de ser um motivo da nossa preocupação, mas não temos matéria substantiva para nos podermos pronunciar.

DEPUTADO CARLOS POÇO (PSD)

Carlos Poço, PSD.

Em nome da bancada, naturalmente que não votámos contra as referências elogiosas à madeira, mas votámos contra a referência à pseudo privatização, porque de facto isto é das poucas matérias em que podemos estar de acordo das medidas deste Governo. Esta é uma medida deste Governo. com a qual o PSD está de acordo porque é uma boa medida. É uma boa medida a criação das ZIF's (Zonas de Intervenção Florestal) e é uma boa medida a possibilidade de na criação da zona de intervenção florestal que vai no futuro resolver o problema dos incêndios em Portugal, permitir que as áreas florestais do Estado possam ser geridas pela mesma entidade e criar uma dimensão crítica suficiente para que a gestão possa ser rentável. Portanto, é uma boa medida, das poucas que este Governo conseguiu pôr neste País.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado senhor deputado.

Temos ainda uma proposta de criação de uma Comissão de acompanhamento do processo de revisão do PDM, que o senhor deputado Carlos Poço se esqueceu de



entregar à Mesa e que já tinha referido na sua intervenção. Comissão essa composta por vários representantes, da Câmara Municipal de Leiria, dos grupos municipais, da ANAFRE, de Associações Empresariais, a NERLEI e ACILIS, e do Ministério da Economia, destinada a ir junto da tutela, do Ministério do Ambiente.

Quem é que vota contra a criação desta Comissão?

Quem se abstém?

A Assembleia Municipal de Leiria delibera aprovar por maioria, com três abstenções, a criação da referida Comissão.

Eu peço aos líderes de todas as bancadas para indicarem os seus representantes nesta Comissão, do mesmo modo que peço à Câmara Municipal de Leiria.

O senhor deputado Paulo Pedro vai fazer uma declaração de voto.

DEPUTADO PAULO PEDRO (Presidente da Junta de Freguesia do Coimbrão)

Paulo Pedro, Presidente da Junta de Freguesia do Coimbrão, Partido Socialista.

Votei favoravelmente esta moção porque efectivamente preciso de me esclarecer senhora Presidente, mas já agora aproveito para esclarecer também.

Efectivamente a revisão do PDM começou no dia da sua aprovação na Assembleia Municipal, mas na altura provavelmente, se calhar não foi há catorze foi há treze anos (eu não sei se o PDM foi aprovado em 94 se em 95) pronto errei por um ano. Nesse dia e no dia da aprovação, o senhor Presidente da Câmara disse na altura que, *“Este PDM não nos serve mas tem que ser aprovado em virtude dos fundos comunitários e que a partir de amanhã começa a revisão do PDM”*. E o gabinete do PDM ficou a trabalhar. A senhora Presidente quando tomou posse, existia um gabinete do PDM com trabalho feito em termos de revisão do PDM. Portanto, a revisão do PDM começou no dia seguinte à sua aprovação. Obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado senhor deputado.

Terminamos assim senhores deputados o período de “Antes da ordem do Dia”. São exactamente meia-noite, vamos entrar no período da Ordem do Dia.



ORDEM DO DIA

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

- 1. Apreciação do Relatório da Presidente da Câmara sobre a Actividade do Município e Relatório Financeiro**, nos termos da alínea e), do n.º 1, do artigo 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro;



Eu pergunto à senhora Presidente se tem alguns esclarecimentos adicionais a prestar?

Aproveito para dizer que sobre este assunto estive a consultar o Regimento, porque o senhor deputado referiu-se a este facto e efectivamente estes relatórios são para serem apreciados, e a apreciação não é propriamente uma aceitação tácita, implica discussão. Não tem sido feita habitualmente, mas se houver necessidade de alguma intervenção...

A senhora Presidente não deseja prestar esclarecimentos e não há inscrições.

A Assembleia Municipal de Leiria delibera tomar conhecimento do Relatório da Actividade do Município e respectivo Relatório Financeiro.

2. FIXAÇÃO DAS TAXAS DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS (IMI) PARA O ANO DE 2009 – APRECIÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO;

A senhora Presidente vai dar um esclarecimento.

PRESIDENTE DA CÂMARA (ISABEL DAMASCENO CAMPOS)

Uma explicação muito rápida senhor Presidente.

Em primeiro lugar dar uma nota de que houve uma substituição do documento, que foi entregue à última hora, pedir desculpa por isso, porque havia um erro na fixação das taxas para a zona crítica, mas foi distribuído hoje um documento que vem corrigir esse erro.

A segunda nota é dar uma explicação que há uma efectiva descida face às taxas actualmente em vigor. No primeiro caso a taxa actual em vigor é de 0,78% passa para 0,70%, há portanto uma redução de 10,3%, e no segundo caso, a taxa é de 0,48% e passa para 0,40%, o que corresponde a uma descida de 16,7%.

Dar aqui também a explicação que esta proposta, que foi aprovada por unanimidade na Câmara, se deve ao facto de termos constatado que, sendo o IMI um imposto novo, um imposto sem grande história, estivemos a fazer a observação ao seu comportamento durante os anos desde que foi criado, que como é sabido é muito recente. E face ao facto de termos percebido que acabou por se estabilizar uma percentagem de subida, comparando 31 de Agosto de 2007 a 31 de Agosto de 2008, a subida da receita arrecadada de IMI foi de 12%, entendemos que, face à



conjuntura difícil que todos os portugueses vivem, havia condições e até uma obrigação de fazer esta descida. Era só esta nota prévia que eu queria fazer.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado senhora Presidente.

Senhor deputado Vitorino Pereira, faça favor.

DEPUTADO VITORINO PEREIRA (BE)

Vitorino Pereira, BE.

Uma vez mais a Câmara não prevê nenhuma taxa para os prédios devolutos há mais de um ano, quando a lei expressamente as eleva para o dobro. Defendemos uma diminuição marginal das taxas implementadas, procurando manter estável a receita do IMI, sem aumentos em relação ao que é recebido em média. São necessárias receitas para a prestação de serviços autárquicos mas também é necessário não sobrecarregar os municípios com mais impostos. As majorações e minorações do IMI são um excelente instrumento para o Município dar um sinal claro aos proprietários, no sentido de reabilitação dos prédios e da sua colocação no mercado de arrendamento. Já no ano transacto, a Presidente da Câmara veio defender a não utilização do preceito legal, porque, na sua opinião, era um incentivo para permitir que os proprietários dos prédios devolutos comesçassem a mexer nesse prédios degradados. Com que resultados perguntamos nós.

A razão da lei é precisamente contrária, punir digamos assim quem tem prédios devolutos, para que deixem de o estar e passem ao mercado de arrendamento, ainda muito frágil, ou a disponibilidade para a venda. O que se sabe, é que a maioria dos prédios devolutos o estão por pura especulação imobiliária e não por dificuldades económicas dos proprietários e além disso a lei é ainda muito restrita e cheia de excepções. Não colhe também o argumento de que a Câmara só iria agravar alguns dos prédios do Centro Histórico, não pretendendo entretanto fazer o levantamento fora dele dos prédios devolutos. A lei existe e deverá ser aplicada, sobretudo porque visa proteger um mercado importantíssimo, o do arrendamento, e "atacar" o outro, anti-social e ganancioso, o da especulação imobiliária. Há que fazer o cadastro de todos os prédios devolutos e não só os do Centro Histórico. Não devemos ceder ao lobby dos proprietários imobiliários atrasando de forma mais ou menos sub-reptícia o processo de levantamento dos fogos devolutos. Nem se venha dizer que se trata de um processo moroso e de difícil aplicação. Basta uma simples articulação entre os



serviços municipais e as empresas de água e electricidade, para se saber quais os prédios que se encontram devolutos.

Assim propomos:

Proposta de efectuação de lista de fogos devolutos:

- *Considerando que os fogos devolutos que assim se mantêm à espera de melhor oportunidade para a especulação imobiliária não são objecto de agravamento do IMI como a lei prevê;*
 - *Considerando que não existe elaborada nenhuma lista generalizada pela Câmara de fogos devolutos (pelos vistos a Câmara só tem a lista dos fogos devolutos do Centro Histórico).*
 - *Considerando que colocar estas casas no mercado disponíveis para a venda ou arrendamento é uma forma de reabilitação urbana;*
 - *Considerando conforme previsto pelo decreto-lei n.º 159/2006 de 8 de Agosto, que define o conceito fiscal de fogo devoluto, a Câmara Municipal deverá transmitir à Direcção Geral dos Impostos a listagem dos prédios ou fracções autónomas devolutas até ao dia 30 de Novembro de cada ano;*
 - *Considerando que é urgente que o executivo municipal tome as medidas necessárias para que a lista dos fogos devolutos chegue à DGCI dentro do prazo;*
- Face ao exposto, a Assembleia Municipal de Leiria, reunida em 26 de Setembro de 2008 delibera exigir ao executivo municipal a elaboração da lista de prédios devolutos até ao dia 30 de Novembro de 2008, e que seja decidido que os prédios devolutos conforme está previsto na lei sejam agravados com uma taxa de IMI em 100%.*

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado senhor deputado.

Tem agora a palavra o senhor deputado Luís Pinto.

DEPUTADO LUÍS PINTO (PS)

Luís Pinto, Partido Socialista.

Naturalmente regozijar-me com a intervenção da senhora Presidente, que subscrevo na íntegra, mas lembrar que nesta matéria o Partido Socialista há um ano atrás tinha proposto exactamente que fossem estes os números porque já nessa altura nós percebíamos a dificuldade que as famílias atravessavam e dos muitos aumentos e aumentos muito significativos dos impostos municipais que vieram agravar em muito



a contribuição dos nossos munícipes, como contribuintes, e portanto é pena que não pudéssemos ter feito há um ano atrás porque a proposta que o Partido Socialista tinha feito era baseada em estudos e de uma forma construtiva e não demagógica de participação ou só de contrariar a maioria mas no sentido de defender os interesses dos munícipes de Leiria. Obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado senhor deputado.

Tem a palavra o senhor deputado Carlos Coelho.

DEPUTADO CARLOS GUERRA COELHO (PCP)

Carlos Guerra Coelho, PCP.

Vou ser muito rápido, o deputado Vitorino já fundamentou um pouco o meu raciocínio embora não seja tão longo como ele.

Admito que esteja concluído o levantamento dos prédios degradados da área crítica de recuperação e reconversão urbanística do Centro Histórico. Já foi aqui expresso há uns meses atrás que o levantamento se encontrava concluído, mas nunca foi presente. Ora, se não me engano já vamos no terceiro ou quarto ano de minoração para os prédios desta zona, acho que é altura de começarmos a fazer a distinção entre os prédios habitados e não habitados. Assim, atendendo ao disposto no artigo 112º n.º 5 do CIMI, propomos: que a redução prevista nos pontos 3.1 e 3.2 se aplique apenas aos prédios habitados e que se inclua mais um ponto que seria o ponto 3.3. com a seguinte redacção:

“Aos prédios devolutos situados na área crítica de recuperação e reconversão urbanística do Centro Histórico aplica-se a taxa majorada de 10%.”

Era só!

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Alguém mais quer discutir este documento?

Senhora Presidente pretende esclarecer? Faça favor.

PRESIDENTE DA CÂMARA (ISABEL DAMASCENO CAMPOS)

Eu penso que é importante dar aqui o esclarecimento relativamente à questão dos prédios devolutos. O levantamento dos prédios devolutos está efectivamente feito, terminado, já há alguns anos, e nós forneceremos a esta Assembleia, com certeza, esses elementos.



Foi ponderada essa hipótese que os senhores deputados aqui trouxeram, mas a realidade que nós percebemos, e conhecendo todas as situações dos prédios devolutos, é que cerca de 90% das situações dos prédios devolutos não estão a ser recuperados pelas razões que eu há pouco referi na minha intervenção sobre o Centro Histórico, ou seja, são prédios devolutos que têm lá um inquilino há não sei quanto tempo e que o inquilino não quer sair. Eu não digo que sejam 100%, perceba-se, são à volta de 90%. A grande maioria das situações tem a ver com isto, não é uma manifestação nem é a tal especulação imobiliária, isto é expresso pelo senhorio que quer fazer obras e depois depara-se com um conjunto de problemas complicadíssimos para resolver. E portanto, nós entendemos que sendo correcto do ponto de vista estratégico essa vossa ideia, ou pelo menos eu concordo com ela, que como não é significativo estar a fazer a destrinça porque nós conhecemos todos os casos, entendemos que este ano fazia todo o sentido manter esta benesse para o Centro Histórico e porque não são significativas as situações que estão ali por resolver por especulação imobiliária. Não é significativo no nosso Centro Histórico.

E portanto, estarmos ali a criar excepções de meia dúzia deles, criariam um problema e sobretudo um mau estar que está instalado neste momento no sentido inverso, ou seja, há vontade das pessoas recuperarem, há muitos processos em análise para recuperação e poderia ter um efeito negativo em termos da vontade expressa pelas pessoas e ainda seria pior a emenda que o soneto.

Não significa que não esteja correcto o raciocínio. Concordo com ele. Não nos pareceu oportuno, porque não é significativo o peso que tem na situação dos prédios do Centro Histórico.

Uma nota final para o senhor deputado Luís Pinto.

Eu comecei por dizer que nós também temos as nossas análises e entendemos que a situação que hoje os portugueses vivem é francamente mais grave, infelizmente, por conjuntura internacional, nacional também, mas é mais grave, e como é mais grave nós também já temos um histórico com alguma força relativa ao comportamento do IMI, e era agora que era oportuno.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Obrigado senhora Presidente.

Já agora deixe-me dizer-lhe que um prédio devoluto que tem um inquilino, não é propriamente um prédio devoluto. E portanto aí podia haver talvez uma destrinça.



O senhor deputado Vitorino Vieira e o senhor deputado Carlos Guerra Coelho retiram as respectivas propostas? Muito bem, estão retiradas!

Vou colocar à votação a proposta do executivo.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

A Assembleia Municipal de Leiria, delibera por unanimidade aprovar e fixar as taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) nos seguintes valores:

1. **Prédios urbanos [b) do n.º 1 do art.º 112º do CIMI] – 0,70%;**
2. **Prédios urbanos avaliados, nos termos do CIMI [alínea c) do n.º 1 do art.º 112º do CIMI] – 0,40%;**
3. **Para a área territorial definida pelo perímetro da zona declarada Área Crítica de Recuperação e Reconversão Urbanística do Centro Histórico da Cidade de Leiria, conforme delimitação estabelecida no Decreto n.º 15/2001, de 22 de Março, minoração de:**
 - 3.1) **23% para a taxa da alínea b) do n.º 1 do art.º 112º do CIMI, sendo a taxa efectiva de 0,54%.**
 - 3.2) **20% para a taxa da alínea c) do n.º 1 do art.º 112º do CIMI, sendo a taxa efectiva de 0,32%.**

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

3. FIXAÇÃO DA TAXA DA DERRAMA PARA O ANO DE 2009 – Apreciação, discussão e votação;

Senhor Presidente deseja dar algum esclarecimento? Faça favor.

PRESIDENTE DA CÂMARA (ISABEL DAMASCENO CAMPOS)

Eu julgo que é importante fazer uma explicação prévia.

Como sabem, a fórmula de cálculo da derrama foi alterada pela primeira vez, com efeitos ao ano 2008, na sequência da entrada em vigor da Lei das Finanças Locais. E eu exprimi aqui o ano passado, quando foi fixada a taxa da derrama, que havia um desconhecimento de qual era o efeito desta nova fórmula de cálculo para as receitas arrecadadas. Continuamos sem saber qual é o efeito.

Pedimos vários esclarecimentos às Finanças, que nunca nos deram, e portanto, a descida que a derrama teve em Leiria, a arrecadação da receita da derrama entre Agosto de 2007 e Agosto de 2008 foi de 30%, decresceu 30%. Não conseguimos



saber, neste decréscimo de 30%, qual é a parte que é atribuída a nova fórmula de cálculo, embora haja a percepção de que desceu. A nova fórmula de cálculo induziu descida, mas também sabemos que haverá uma parte que é derivada da conjuntura económica das empresas. E portanto, como não há dados objectivos sobre este problema entendemos que, sendo a derrama um imposto que incide sobre os lucros, que a proposta da manutenção dos valores do ano passado com aquela distinção para os volumes de negócios que aqui foi aprovada, era de manter.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado senhora Presidente.

Alguém pretende discutir esta proposta?

Sendo assim vou colocar à votação.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

A Assembleia Municipal de Leiria, delibera por unanimidade aprovar e fixar a derrama nos seguintes valores:

- 1,3% para um volume de negócios até €150.000,00.
- 1,5% para um volume de negócios superior a €150.000,00.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

**4. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES DA LEIRISPORT, EM. ACTUALIZAÇÃO DA DELIBERAÇÃO N.º 128/2006, DE 4 DE FEVEREIRO –
Apreciação;**

A senhora Presidente vai dar um esclarecimento.

PRESIDENTE DA CÂMARA (ISABEL DAMASCENO CAMPOS)

É precisamente isso senhor Presidente. É que não é para discussão nem votação, é apenas para conhecimento, houve um lapso dos serviços. Isto tem a ver com o facto da remuneração dos administradores da Leirisport ter vindo a esta Assembleia em 2006 salvo o erro, e ter havido uma alteração que teve efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2007, e nós nos termos apercebido que essa alteração não tinha vindo aqui. Portanto, entendemos que devíamos dar conhecimento, não é para discussão. Apenas dizer que um dos administradoras, neste caso concreto a vereadora Isabel Gonçalves, deixou de auferir, de acordo com a lei das incompatibilidades, qualquer



remuneração a partir de 1 de Janeiro de 2007, mantendo-se aquilo que tinha sido aprovado anteriormente em relação aos outros administradores.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado senhora Presidente.

A Assembleia Municipal de Leiria tomou conhecimento.

**5. DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS EM JUNTAS DE FREGUESIA –
Apreciação, discussão e votação;**

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Alguém pretende discutir este documento?

Sendo assim vou colocar à votação.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

A Assembleia Municipal de Leiria delibera por unanimidade aprovar os protocolos de delegação de competências nas Juntas de Freguesia constantes da proposta.

6. PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NA JUNTA DE FREGUESIA DE AMOR COM O OBJECTO “EB1 DA COUCINHEIRA – ADAPTAÇÃO PARA CRIANÇA COM MOBILIDADE REDUZIDA”. ALTERAÇÃO DO VALOR PROTOCOLADO – Apreciação, discussão e votação;

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Alguém pretende discutir este documento?

Sendo assim vou colocar à votação.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

A Assembleia Municipal de Leiria delibera por unanimidade aprovar o presente protocolo de delegação de competências na Junta de Freguesia de Amor.

7. FREGUESIA DE SANTA EUFÉMIA. REQUALIFICAÇÃO DE CAMINHO RURAL – RECONHECIMENTO DE INTERESSE PÚBLICO – Apreciação, discussão e votação;



A senhora Presidente vai dar um esclarecimento.

PRESIDENTE DA CÂMARA (ISABEL DAMASCENO CAMPOS)

É uma clarificação que não é um caminho florestal mas sim um caminho rural. Em toda a informação e deliberação da Câmara está caminho rural e saiu mal no título que foi agendado. De resto, julgo que a deliberação é suficientemente esclarecedora.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Alguém pretende discutir este documento?

Então vou colocar à votação.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

A Assembleia Municipal de Leiria delibera unanimidade aprovar a proposta e reconhecer que a mesma se reveste de Interesse Público, de acordo com o decreto-lei n.º 180/06, de 6 de Setembro.

8. AFECTAÇÃO AO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL DA VIA DE CIRCULAÇÃO DENOMINADA "RUA DO AREIRO" QUE LIGA A RUA DAS CABEÇAS REDONDAS À RUA DAS BARROCAS, LUGAR DE SOBREIRO, FREGUESIA DA BAROSA – Apreciação, discussão e votação;

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Alguém pretende discutir este documento?

Então vou colocar à votação.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

A Assembleia Municipal de Leiria, delibera por unanimidade, aprovar a afectação da via de circulação denominada Rua do Areiro (que liga a Rua das Cabeças Redondas à Rua das Barrocas, sita na Freguesia da Barosa) ao domínio público municipal, nos termos constantes da proposta.

9. PROCESSO DE LOTEAMENTO N.º 23/03 – RESIGON, COMPANHIA AGRÍCOLA E GESTÃO, SA – AJUSTAMENTO DE PORMENOR DOS LIMITES ENTRE ESPAÇOS PERTENCENTES A CLASSES DE USO DE SOLO DISTINTAS – APROVAÇÃO NOS TERMOS DA ALÍNEA D) DO N.º 2 DO ART.º 96º DO REGULAMENTO DO PDM – Apreciação, discussão e votação;



Alguém pretende discutir este documento?

Então vou colocar à votação.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

A Assembleia Municipal de Leiria deliberou por unanimidade aprovar o ajustamento de pormenor proposto, nos termos da alínea d) do n.º 2 do art.º 96º do Regulamento do PDM.

10. PROTOCOLO PARA APOIO FINANCEIRO À OBRA DE EXECUÇÃO DO RELVADO SINTÉTICO DO CAMPO DE FUTEBOL DE 11, DA ALDEIA DO DESPORTO EM MARRAZES – Apreciação, discussão e votação

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

A senhora Presidente da Junta de Freguesia de Marrazes quer intervir? Faça favor.

DEPUTADA SOFIA CARREIRA (Presidente da Junta de Freguesia de Marrazes)

Boa noite.

Sofia Carreira, Presidente da Junta de Freguesia de Marrazes.

Cumprimento o senhor Presidente da Mesa e as senhoras Secretárias, a senhora Presidente da Câmara e os senhores vereadores, os colegas da Assembleia, público e a comunicação social.

Considerando que vamos votar um protocolo importante, porque é um protocolo de financiamento e obviamente é importante para a Freguesia, e penso que era importante fazer aqui um breve resumo do que é que tem sido o projecto da Aldeia do Desporto, de forma é que está enquadrada e depois pedir um pequeno esclarecimento à Câmara se possível, na pessoa da senhora vereadora do Desporto, Eng.ª Isabel Gonçalves.

A Aldeia do Desporto está integrada num projecto iniciado já há alguns anos, por um grupo de pensadores ligados à área do desporto com um projecto que na altura ainda conheci e que se chamava SportLudis, depois foi evoluindo e que deu no executivo anterior, no plano estratégico da Freguesia, onde aparece a Aldeia do



Desporto como uma infra-estrutura fundamental ao desenvolvimento da Freguesia. Fundamental porque iria fazer frente a uma carência interessante, que era a falta de equipamentos desportivos na Freguesia, face ao elevado número de associações desportivas que possui.

Neste plano estratégico, definimos outras prioridades como a construção do Lar de 3ª Idade, a implementação de um projecto urbanístico no centro de Marrazes, e deste plano estratégico este executivo teve que eleger obras a implementar. E elegeu a 1ª fase da Aldeia do Desporto, que nesta 1ª fase é seguramente uma obra de Freguesia mas que no futuro será uma obra do Concelho pela sua dimensão e pela sua qualidade.

Como segunda prioridade elegemos o Lar de 3ª Idade, para o qual já conseguimos garantir o financiamento do programa PARES em 50% da verba, num total de, sensivelmente um milhão e oitocentos mil euros. O plano estratégico contempla de facto esta Aldeia do Desporto e dentro deste desenvolvimento desta infra-estrutura privilegiamos os Futebol 11, aliás, numa outra Assembleia chegámos a falar desta questão, na altura em que votámos um financiamento para o União de Leiria, para as camadas jovens, na vertente formativa.

Esta Aldeia do Desporto visa dar apoio a um dos maiores clubes da Freguesia que é o Sport Clube Leiria e Marrazes, que tem actualmente cerca de dezanove equipas, com prática diária e treino diário. Fruto desta ligação estreita que existe entre a Junta de Freguesia e o clube, existe um acordo tácito, desde o início, protocolo que vamos começar a definir, em que este clube e as suas dezanove equipas serão o clube privilegiado na utilização do equipamento desportivo, num determinado período do dia, que julgo que será entre as dezoito horas e as vinte e uma e trinta horas.

Neste protocolo que nós vamos assinar, que é um protocolo-tipo que a Câmara elabora para apoiar este tipo de iniciativas, porque vamos votar a seguir o dos Pousos, que eu percebo que tem clausulas iguais, e existem de facto três clausulas que eu gostava de facto que ficassem esclarecidas, é importante que fique, para que as associações com quem já assumimos compromisso não fiquem receosas, e portanto salvaguarda a Freguesia, salvaguarda o Município e principalmente também salvaguarda quem está diariamente a tentar fazer frente a estas carências e a este enquadramento destas dezanove equipas que precisam de treinar diariamente.

E portanto o meu pedido de esclarecimento à senhora vereadora, prende-se com a cláusula quinta, onde fala das obrigações da Freguesia de Marrazes na atribuição de



horas ao Município. Nós vamos obviamente aprovar o nosso protocolo, até porque como disse é um protocolo de financiamento, penso que é importante que aconteça, contudo eu gostava que a senhora vereadora esclarecesse. Eu vou assinar um protocolo que já está previamente definido, com um clube da minha Freguesia, na eventualidade destes pedidos de horas emanais ou de fim-de-semana ou de período nocturno do Município me serem feitos no período em que o clube está a utilizar por acordo prévio com a Junta de Freguesia, qual é o protocolo que impera? Se é o protocolo que assinámos com o Município se o protocolo que a Junta de Freguesia estabelece com o Sport Clube Leiria e Marrazes.

Eu penso que era importante para que todos ficássemos tranquilos nesta matéria, que a senhora vereadora fizesse o favor de esclarecer. Muito obrigada.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

A senhora vereadora quer fazer o favor de esclarecer? Suponho que o esclarecimento servirá para o ponto seguinte? Muito bem, faça favor.

ISABEL GONÇALVES (VEREADORA DO PELOURO DAS OPERAÇÕES URBANÍSTICAS E DESPORTO)

Exactamente! Muito obrigada senhor Presidente.

Como aqui foi dito, isto é um protocolo para apoio financeiro a uma obra que tem a ver com a política que tem vindo a ser seguida pelo Município no sentido do desenvolvimento desportivo no concelho, e essencialmente para apoiar a vertente da formação das camadas jovens.

É certo e foi aqui referido o elevado número de jovens e o elevado número de atletas que praticam desporto e estão em formação no nosso Concelho e daí que nós Câmara, sentimos que devemos apoiar efectivamente este desenvolvimento desportivo. Este protocolo é mais um dos que vem e a seguir para a Freguesia dos Pousos, nesse pressuposto. Claro que é um protocolo de apoio financeiro, em que o apoio financeiro é concedido para a obra do relvado sintético, especificamente, de futebol de onze, existe um montante de apoio a prestar pelo Município de Leiria à Freguesia que é o montante global do custo desse relvado e como é um protocolo entre duas partes, ele tem que funcionar nos dois sentidos. E portanto, há responsabilidades das duas partes.

A Câmara apoia mas a Junta de Freguesia também terá algumas obrigações. Dentro dessas obrigações entendemos as que constam da cláusula quinta, das quais as que



foram referidas, da disponibilização de horários, bem como uma que não foi referida também e que acho que merece ser referida que é na alínea c) da cláusula quinta, que é permitir a utilização do relvado sintético a toda a população escolar da Freguesia, dentro do horário lectivo diurno, através também de um programa que com certeza constará de um protocolo a celebrar entre a Junta de Freguesia e as escolas.

A senhora Presidente da Junta colocou aqui a questão do protocolo que pretende celebrar com o Sport Clube Leiria e Marrazes, neste momento é uma colectividade que se propõe a este trabalho de formação desses mesmos atletas na modalidade de futebol, e pretende fazer esse protocolo com eles.

A questão da disponibilização de horas que entendemos que deve constar num protocolo destes é no sentido de, a combinar e se o Município necessitar, já que está a prestar um apoio para uma determinada infra-estrutura que está na Freguesia de Marrazes mas que é uma infra-estrutura também do Concelho, se alguma outra colectividade que não seja aquela com quem a Freguesia irá fazer o protocolo com certeza, com preferência para as colectividades da Freguesia, necessitar de um tempo em que haja disponibilidade e dentro destas horas que estão aqui pressupostas, então essa hora deverá ser disponibilizada à Câmara para que a Câmara a conceda a quem a pediu, mas é sempre a combinar e estas solicitações são pedidas à Câmara, ao pelouro do desporto, atempadamente, terão que ser com algum tempo, porque nós sabemos que há todo um programa e que a colectividade que detém digamos a maioria do tem e com quem está feito o protocolo tem as horas praticamente disponibilizadas na sua totalidade, mas combinando no caso de haver essa disponibilidade e acertando essa disponibilidade estas horas são para disponibilizar ao Município, para que o Município possa ceder, havendo falta e havendo esse pedido. O Município desde que lhe seja pedido por outra colectividade vai avaliar, vai combinar se há essa disponibilidade, e se houver essa disponibilidade cederá dentro do que está aqui preceituado essas horas.

É claro que isto será sempre a combinar, não é só aqui neste campo que irá haver horas disponíveis, há outros, já se fez isso com o protocolo que celebrámos com um clube do Boa Vista, que é um protocolo diferente, que entrou num âmbito diferente, é o clube que fez a infra-estrutura, já fizemos isso com o clube União de Leiria no campo de Santa Eufémia, está previsto também aqui no campo do complexo desportivo dos Pousos, e fica previsto assim em todos. Digamos que a Câmara de



Leiria fica com uma bolsa de horas nas várias infra-estruturas desportivas com relvado sintético, para que possa servir a quem delas necessitar, sendo certo que, como disse no início, a preferência é sempre quando há necessidade para as colectividades da própria Freguesia onde se inserem essas infra-estruturas, e é a combinar como aqui diz. Portanto, eu julgo que não haverá qualquer receio, porque não está aqui em causa o ir retirar estas horas, isto não diz retirar as horas a quem tem o privilégio de poder utilizar maioritariamente aquela infra-estrutura, é para que haja uma bolsa de horas no caso de ser necessário para outras e também no pressuposto do desenvolvimento desportivo e do apoio a toda a população desportiva do Concelho.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado senhora vereadora.

Senhor deputado João Cunha.

DEPUTADO JOÃO CUNHA (PSD)

João Cunha, PSD.

Eu naturalmente que estou aqui neste momento com alguma alegria digamos assim, embora seja um cidadão natural da Freguesia de Leiria e nela residente, como todos sabem fui residente na Freguesia de Marrazes e fui Presidente do Sport Clube Leiria e Marrazes durante dois anos. E portanto é com alguma alegria que hoje vejo chegar aqui à Assembleia Municipal, um protocolo entre a Junta de Freguesia e a Câmara Municipal para apoio a uma primeira fase de um projecto mais alargado, denominado Aldeia do Desporto. Tratou-se de um projecto que foi, conforme disse aqui a senhora Presidente da Junta, iniciado através de uma reflexão de um grupo alargado de pessoas, que na altura verteram num documento chamado SportLudis essa ideia, a Junta de Freguesia acarinhou-a e neste momento iniciou digamos, esta primeira fase e está a ver-se obra. Normalmente as pessoas são mais cépticas, dizem que isto nunca vai acontecer e o que é certo é que a obra está neste momento, em fase bastante adiantada.

De qualquer forma esta é uma obra que se insere dentro do plano estratégico da Freguesia, que foi estabelecido também num estudo feito pela Junta de Freguesia e pela Câmara Municipal, e que foi plasmado num documento de 2005, e portanto é preciso as pessoas perceberem que o que está aqui em causa não é apenas o arranjar-se mais um campo, mas é aqui um projecto estruturante para a maior



Freguesia do Concelho de Leiria e portanto que serve uma população alargada e que é realmente uma freguesia muito populosa.

Portanto, sob esse ponto de vista é de grande interesse para o Concelho e para a Freguesia e para a sua população a existência desta infra-estrutura.

Gostaria no entanto de dizer aqui e agora falo mais, e permitam-me esta veleidade, enquanto antigo dirigente do Sport Clube Leiria e Marrazes, de que este protocolo que aqui está a ser presente, não corresponde de todo àquilo que me parece ser a ideia de partida do Sport Clube Leiria e Marrazes, porque esta ideia e de acordo com aquilo que está no plano estratégico casaria também aqui alguma coisa relacionado com o actual campo de jogos que tem sido utilizado pelo Sport Clube Leiria e Marrazes, e portanto este protocolo eu vou tomá-lo apenas como um protocolo estritamente financeiro. É um protocolo-tipo digamos assim, e que não tem em conta a outra realidade mais alargada que está subjacente a toda esta ideia de Aldeia do Desporto e a toda esta ideia de prestação de serviços à Freguesia em termos desportivos, e nomeadamente ao próprio Sport Clube Leiria e Marrazes. No entanto, dado que é um protocolo com um carácter muito positivo e que vai ao encontro do esforço que a Junta de Freguesia esta a desenvolver neste momento, eu parece-me que é de louvar e é de aprovar. Mas esta é a primeira fase, digamos, da Aldeia do Desporto e portanto é muito provável que de hoje para amanhã venham a surgir outros pedidos de apoio para os outros módulos da Aldeia do Desporto, e é preciso que as pessoas fiquem cientes disso. Estamos a falar de uma infra-estrutura mais alargada e portanto este é apenas um dos módulos. E era isto que eu queria sublinhar neste momento e dar os parabéns naturalmente às entidades, à Junta de Freguesia e à Câmara Municipal, pela forma empenhada como têm estado neste processo e apelar para que o diálogo se aprofunde com as colectividades da Freguesia, nomeadamente com o Sport Clube Leiria e Marrazes. Muitas vezes há algumas sensibilidades que vêm à epiderme, há histórias antigas que por vezes são misturadas no meio destas coisas, mas é preciso preservar o essencial e o essencial é naturalmente o ter uma infra-estrutura que sirva neste caso concreto o desporto da Freguesia de Marrazes e também naturalmente o Concelho.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado senhor deputado. A senhora Presidente da Junta de Freguesia de Marrazes vai usar de novo a palavra. Faça favor!



DEPUTADA SOFIA CARREIRA (Presidente da Junta de Freguesia de Marrazes)

Só para dar duas notas.

O facto de eu não ter citado a alínea c) é por que naturalmente é um equipamento que tem que ser cedido às escolas da Freguesia, porque faz muito sentido que as escolas o dinamizem diariamente, esse no fundo também é um dos principais motivos que justificam um investimento com esta dimensão, liderado por uma Freguesia.

Ouvi o esclarecimento da senhora vereadora atentamente, e sendo esta obra uma obra da Freguesia, integrado num estudo estratégico de desenvolvimento da maior freguesia do Concelho, obviamente percebi o que me explicou, sendo certo que a Freguesia respeitará sempre o Município e respeita como é óbvio. Aliás somos parceiros, mas defenderá sempre também as associações da sua Freguesia, privilegiando essas associações e privilegiando-as sempre na utilização desse equipamento porque é uma obra absolutamente da nossa responsabilidade, havendo esta parceria que é justo, uma vez que houve com outras Freguesias em uma outra altura.

Portanto julgo que era importante que isto ficasse salvaguardado na acta deste órgão deliberativo, que esta é a postura da Junta de Freguesia e é importante que fique de facto claro e registado que esta é a nossa defesa e provavelmente de executivos futuros, não tenho dúvida. Obrigada.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado.

Mais algum esclarecimento? Não há!

Vamos pôr à votação.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

A Assembleia Municipal de Leiria deliberou por unanimidade aprovar o presente protocolo nas condições constantes do proposto.

O senhor deputado Domingos Carvalho vai fazer uma declaração de voto.

DEPUTADO DOMINGOS CARVALHO (CDS/PP)

Domingos Carvalho, CDS/Partido Popular.



Muito rapidamente e obviamente compreenderão, entendi que não devia participar nesta discussão, no entanto, enquanto Presidente da Assembleia-geral do Sport Clube Leiria e Marrazes, principal utilizador futuro deste equipamento, quero agradecer à Câmara Municipal de Leiria, quero agradecer aos senhores deputados municipais, a possibilidade que dão a este clube de vir a ter um anseio antigo realizado. O nosso muito obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Muito obrigado.

**11. PROTOCOLO PARA APOIO FINANCEIRO À OBRA DE REQUALIFICAÇÃO DO COMPLEXO DESPORTIVO DA FREGUESIA DE POUSOS – EXECUÇÃO DO RELVADO SINTÉTICO DO CAMPO DE FUTEBOL 11 E PISTA DE ATLETISMO –
Apreciação, discussão e votação;**

Alguém pretende discuti-lo? Algum esclarecimento? O senhor Presidente da Junta dos Pousos não pretende esclarecimentos.

Vamos pôr à votação.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

A Assembleia Municipal de Leiria deliberou por unanimidade aprovar o presente protocolo nas condições constantes do proposto.

12. CONCESSÃO DA ISENÇÃO DE PAGAMENTO DA TAXA DE RENOVAÇÃO DO ALVARÁ DE PUBLICIDADE – Apreciação, discussão e votação;

Alguém pretende discutir?

Faça favor senhor deputado.

DEPUTADO CARLOS GUERRA COELHO (PCP)

Eu não estou em desacordo com a proposta só que a cidade de Leiria nos últimos tempos, as obras têm sido com uma certa sequência e acho que outros comerciantes de outras ruas também têm sido lesados como estão a ser estes comerciantes.

Eu sugeria à Câmara que realmente no regulamento previsse uma situação para estas situações.

PROPOSTA:



Nos últimos anos tem decorrido na cidade de Leiria diversas obras de requalificação e melhoramento que provocaram incómodos aos comerciantes dessas zonas. Pensamos que poderia ficar estabelecido no regulamento de publicidade a isenção dos comerciantes com estabelecimentos nas ruas onde decorrem os trabalhos, sempre que estes sejam superiores a cinco meses.

É uma sugestão que deixava. Obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Faça favor senhora Presidente.

PRESIDENTE DA CÂMARA (ISABEL DAMASCENO CAMPOS)

É só para dar uma informação, é que já houve uma situação idêntica em que foi aprovado na Assembleia a isenção. De qualquer das maneiras, o que tem acontecido são situações pontuais, à medida que as obras vão acontecendo nós trazemos aqui. Já aconteceu no rossio, junto ao jardim Luís de Camões e está-me a dizer a senhora vereadora que estão a fazer o regulamento de publicidade e que vão incluir essa sua proposta.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Vamos então pôr à votação.

Quem vota contra?

Quem se abstém?

A Assembleia Municipal de Leiria deliberou por unanimidade conceder a isenção do pagamento da taxa de renovação do alvará de publicidade, nos constantes do pedido.

13. CONCESSÃO DA ISENÇÃO TOTAL DO PAGAMENTO DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS À LEIRISPORT, EM, REFERENTE AO ESTÁDIO MUNICIPAL DE LEIRIA DR. MAGALHÃES PESSOA – Apreciação, discussão e votação;

PRESIDENTE DA CÂMARA (ISABEL DAMASCENO CAMPOS)

Senhor Presidente, há pouco quando respondi ao cidadão praticamente dei a explicação sobre isto. Só acrescentar que a Câmara já deliberou sobre a classificação do Estádio como edifício de interesse municipal e é ao abrigo disso que se vai solicitar a isenção do pagamento de IMI, que era um imposto que viria para a Câmara, como é entendido, aliás, como fizeram todos os estádios do País.



PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Faça favor senhor deputado.

DEPUTADO VITORINO VIEIRA PEREIRA (BE)

A pergunta que eu ia fazer já foi respondida mas não na totalidade. Era saber se tinha sido concedido ao Estádio Municipal de Leiria a classificação de edifício de interesse municipal, pelos vistos foi, se sim quando, por quem e com que fundamentos.

PRESIDENTE DA CÂMARA (ISABEL DAMASCENO CAMPOS)

Pela entidade competente que é a Câmara Municipal!

DEPUTADO VITORINO VIEIRA PEREIRA (BE)

Pois mas nós entendemos que a Câmara não tem competência...

PRESIDENTE DA CÂMARA (ISABEL DAMASCENO CAMPOS)

Isso está fora de questão, a competência é da Câmara Municipal.

DEPUTADO VITORINO VIEIRA PEREIRA (BE)

Essa é a sua opinião!

PRESIDENTE DA CÂMARA (ISABEL DAMASCENO CAMPOS)

É a minha opinião confirmada por todos os técnicos possíveis e imaginários...

DEPUTADO VITORINO VIEIRA PEREIRA (BE)

Sim mas desse técnicos possíveis e imaginários eu falei com alguns, não vai levar a mal, que entendem que não e aliás, na legislação a Câmara tem poderes através da transferência, que é a Lei n.º 159/99, que transfere a atribuição e competências e o artigo 20º diz assim: "É da competência dos órgãos municipais..." e órgãos municipais não é só a Câmara, é a Câmara e a Assembleia Municipal. Além disso gostaria de saber com que base é que foi aprovado, qual foi o motivo que serviu para se poder entender que este edifício, o Estádio Municipal, que nem acabado está, é classificado como edifício de interesse municipal, com que base, com que fundamento? É que eu precisava de saber qual é o elemento.

PRESIDENTE DA CÂMARA (ISABEL DAMASCENO CAMPOS)

Senhor deputado o que lhe digo é que a Câmara analisou um pedido formulado pela Leirisport, com bastante sustentação do ponto de vista de actividades que se



exercem naquele equipamento, e com base nisso e de acordo com aquilo que é a competência da Câmara, compete ao órgão Câmara a classificação dos edifícios de interesse municipal, tomou uma deliberação, que aliás está contida nesta deliberação, no sentido de considerar o edifício de interesse municipal. Se o senhor deputado quiser eu faço-lhe chegar a fundamentação, não a trouxe para aqui porque entendemos nós, de acordo com os pareceres técnicos, que a competência é da Câmara e portanto far-lha-ei chegar a fundamentação por um lado, bem como a legislação aplicável ao facto de ser a Câmara a entidade competente.

DEPUTADO VITORINO VIEIRA PEREIRA (BE)

De qualquer maneira, o Bloco de Esquerda previne esta Assembleia porque entendemos que é incorrecto, entendemos que a Câmara não tem poderes para poder deliberar sobre o que é que é considerado ou não edifício de interesse municipal, porque quem tem que decidir isso é a Assembleia Municipal, somos nós que temos que decidir isso, não é a Câmara Municipal, porque isso é abrir o caminho à coisas mais inacreditáveis possíveis, e é tirar-nos o poder que nós temos. O órgão deliberativo por excelência somos nós, não é a Câmara Municipal, e estamos a falar de interesses como vemos que representam muito dinheiro.

Além disso eu faço uma segunda pergunta. Nós vamos dar isenção ou vamos considerar de interesse municipal o Estádio? Não se percebe porquê. E se o Estádio entretanto for vendido mantém-se essa isenção?

PRESIDENTE DA CÂMARA (ISABEL DAMASCENO CAMPOS)

Não! Termina de imediato.

DEPUTADO VITORINO VIEIRA PEREIRA (BE)

Não há nada na lei que diga isso! Está bem, mas eu não sei! Nós não sabemos e temos que saber para decidir. As pessoas vão decidir sem terem os elementos que nós consideramos essenciais. Além disso, francamente eu não vejo na lei como é que é possível, este Estádio, sobretudo este, que serve sobretudo interesses privados, ser considerado interesse municipal. Não percebo como é que se votou nesse sentido, mas pronto, fico a aguardar, a nossa posição é essa, é que provavelmente iremos actuar judicialmente para anular esta deliberação.



PRESIDENTE DA CÂMARA (ISABEL DAMASCENO CAMPOS)

Senhor Presidente, eu julgo que é importante eu fazer chegar ao senhor deputado exactamente isso que lhe estou a dizer, mas é importante também esclarecer aqui que quando o senhor diz que aquele Estádio serve interesses privados, quais são os interesses privados que lá estão?

DEPUTADO VITORINO VIEIRA PEREIRA (BE)

Não vamos falar aqui, já foi aqui discutido dezenas de vezes a negociata com o União de Leiria! Isso veio nos jornais! Já aqui foi discutidos variadíssimas vezes o acordo que se fez com o União de Leiria.

PRESIDENTE DA CÂMARA (ISABEL DAMASCENO CAMPOS)

O senhor deputado fale daquilo que sabe e fundamente-se. E não me diga coisas que não são verdades e que não servem interesses privados.

DEPUTADO VITORINO VIEIRA PEREIRA (BE)

São verdade, aliás, houve uma intervenção do Partido Socialista aqui há menos de um ano, até creio que foi a senhora deputada Manuela Santos, falou sobre o contrato e sobre as consequências desse contrato para a Câmara. Não vale a pena discutirmos senhora Presidente, são posições.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Senhores deputados, isto começa a ser uma confusão e depois a gravação nem se vai entender...

DEPUTADO VITORINO VIEIRA PEREIRA (BE)

A nossa posição é esta.

Nós entendemos que a Câmara Municipal não tem poderes e que os poderes para considerar edifícios de interesse municipal são nossos, da Assembleia Municipal. E não devemos prescindir desse poder.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

O senhor deputado Vitorino Pereira tanto quanto entendi, fez uma interpelação à senhora Presidente da Câmara e receberá a informação que pediu. E depois, actuará em conformidade, naturalmente que até pode no extremo contestar essa actuação da Câmara e a decisão da Câmara. Mas neste momento não me parece que a discussão sirva o esclarecimento do assunto.



Todavia o senhor deputado João Cunha tinha pedido para usar da palavra? Faça favor.

DEPUTADO JOÃO CUNHA (PSD)

João Cunha, PSD.

O meu pedido de esclarecimento ao deputado Vieira Pereira é se efectivamente ele não considera o Estádio Municipal uma infra-estrutura de interesse municipal.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Senhor deputado, eu entendi o pedido do deputado João Cunha como um esclarecimento. E um esclarecimento traz alguma coisa por trás. De qualquer modo o senhor deputado Vitorino Pereira tem oportunidade de esclarecer o senhor deputado João Cunha sobre a pergunta que ele lhe fez.

DEPUTADO VITORINO VIEIRA PEREIRA (BE)

A base para o Estádio poder ser considerado de interesse municipal está na Lei 159/99, fala nos princípios basilares e diz: “Para os efeitos da presente lei integra o património cultural todos os bens que sendo testemunhos com valor de civilização ou de cultura portadores de interesse cultural relevante deva ser objecto especial de protecção e de valorização”. É aqui que vai buscar. Se entende que de facto o Estádio é um elemento de cultura portador de interesse cultural relevante...

Está na lei, não é meu! Não fui eu que fiz esta lei, até foram os senhores que votaram.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Obrigado senhor deputado.

Mais alguém precisa de esclarecimentos?

Faça favor senhor deputado.

DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO GUEDES (Junta de Freguesia da Boa Vista)

José Augusto Guedes, Freguesia da Boa Vista.

Eu compreendo a preocupação da senhora Presidente da Câmara, porque diz o velho ditado “enquanto vai e vem nós vamos poupando algum dinheiro”, mas, eu penso que também é preciso ficar esclarecido que quando se diz para conceder a isenção ao Estádio nós temos que ver e queria perguntar isto à senhora Presidente da Câmara,



se é só o Estádio ou se são as diversas fracções autónomas que vão depois estar no Estádio, e se a concessão de isenção se transfere também para essas fracções autónomas.

PRESIDENTE DA CÂMARA (ISABEL DAMASCENO CAMPOS)

Esse assunto foi esclarecido com o Serviço de Finanças, a classificação é sobre todo o imóvel, porque o imóvel é único, a partir do momento em que haja separação de fracções, o Topo Norte por exemplo, para outros fins, termina de imediato a isenção. É automática. Só é para aquele fim. Quando uma parte qualquer do Estádio for utilizada para outros fins termina de imediato a isenção.

DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO GUEDES (Junta de Freguesia da Boa Vista)

Era só isso que eu queria esclarecer. Obrigado.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Se não há mais intervenções vamos pôr à votação este documento.

Quem vota contra? Um voto contra.

Quem se abstém? Duas abstenções.

A Assembleia Municipal de Leiria no uso da competência que lhe é atribuída pela alínea h), do n.º 2, do artigo 53º, da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, delibera por maioria, com um voto contra e duas abstenções, aprovar a proposta do executivo e conceder à Leirisport, E.M., a isenção total do pagamento do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) referente ao Estádio Municipal de Leiria.

PRESIDENTE DA MESA (MANUEL ANTUNES)

Terminámos os nossos trabalhos e peço mais uma vez, em preparação para a próxima sessão, que nas vossas intervenções possam concentrar-se nos assuntos de modo a que nós possamos reduzir o tempo de discussão de assuntos que são supérfluos. E antes de se irem embora, peço também aos responsáveis pelas várias bancadas que cheguem junto à Mesa para podermos estabelecer uma data para a reunião da Comissão Municipal de Acompanhamento do Centro Histórico.

Muito obrigado a todos pela vossa presença, agradeço a vossa colaboração e despeço-me e até à próxima Assembleia Municipal.



ENCERRAMENTO

E não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo senhor Presidente encerrada a sessão, eram 01.15 horas, mandando que de tudo para constar, se transcrevesse a presente acta, que eu, Teresa Paula Ribeiro dos Santos Pinto, Assistente Administrativa Especialista, transcrevi e subscrevo. -----

APROVAÇÃO DA ACTA

De acordo com o disposto no n.º 2, do artigo 92º, da Lei N.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a Assembleia Municipal na sessão de ordinária de 22 de Dezembro de 2008, deliberou por maioria, 2 abstenções, aprovar a acta. ----

O Presidente da Assembleia

Manuel de Jesus Antunes

A Assistente Administrativa Especialista

Teresa Paula Pinto